



EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 038/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS – PR.
UASG: 989913

OBJETO: Contratação de empresa visando a locação de veículos para a Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 296.380,20 (duzentos e noventa e seis mil, trezentos e oitenta reais e vinte centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 10/07/2026 às 08h30min (oito horas e trinta minutos)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

MODO DE DISPUTA: ABERTO/FECHADO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

Motivo: Não foi possível comprovar a existência de um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, conforme previsto no Art. 49, II da Lei 123/2006;



M U N I C Í P I O D E
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	9
6. DA FASE DE JULGAMENTO	13
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	15
8. DOS RECURSOS	18
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	19
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	22
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	22



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

EDITAL

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS - PR

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

Processo Administrativo nº 116/2026

Torna-se público que a Prefeitura do Município de Nova Tebas - Pr, por meio da Secretaria Municipal de Licitações e Contratos, sediado(a) na Avenida Belo Horizonte nº 695, centro, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de empresa visando a locação de veículos para a Secretaria Municipal de Saúde**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será em lote único, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;



2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema;

3.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total do item;

4.1.2. Marca se for o caso;

4.1.3. Fabricante se for o caso;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo R\$ 0,01.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.



5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Como o sistema adotado na presente licitação é o de modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2. empresas brasileiras;

5.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

d) Consulta restrições ao direito de contratar com a Administração Pública constante no site do TCE-PR (<https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidos.aspx>)

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.5 deste edital.



M U N I C Í P I O D E
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10.1. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

6.10.2. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.10.3. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência anexo 01 do presente edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia;

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de MÍNIMO, DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação e equipe de apoio poderão sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1.

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).



8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.novatebas.pr.gov.br na aba de licitações bem como na sede da presente municipalidade.



9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação



M U N I C Í P I O D E
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, diretamente ao e-mail: licitacao@novatebas.pr.gov.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.1. O contrato decorrente da presente licitação poderá ser prorrogado conforme a necessidade da secretaria requisitante, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.novatebas.pr.gov.br na aba de licitações.

11.3. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 11.3.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 11.3.2. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- 11.3.3. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;
- 11.3.4. ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços;

Nova Tebas-PR, 23 de junho de 2026.

PEDRO

LOURENÇO

Assinado de forma digital
por PEDRO LOURENÇO

Dados: 2026.06.23
11:15:36 -03'00'

PEDRO LOURENÇO

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS – PR



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS - PR

Processo Administrativo nº 116/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa visando a locação de veículos para a Secretaria Municipal de Saúde.

1.2. Observação: Em caso de divergência entre as informações disponibilizadas na plataforma Compras.gov.br e o conteúdo do edital quanto ao descritivo e unidades de medida dos itens, prevalecerão as disposições estabelecidas no edital.

LOTE ÚNICO								
ITEM	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE / MEDIDA	QTDE DE VEÍCULO POR MÊS	QTDE EM LOCAÇÃO	QTDE DE MESES	VALOR UNITÁRIO POR VEÍCULO	VALOR TOTAL R\$
1	14222	Contratação de empresa especializa na locação de veículos: locação mensal – valor mensal por veículo: 05 veículos de passeio hatch, com no máximo 10.000 mil km rodados, potência mínima 68 CV, combustível gasolina, cor branca, com ar condicionado e direção hidráulica ou superior, 04 portas, capacidade min de 05 lugares, sem limite de km, com os benefícios: seguro veicular com cobertura total e assistência 24h, revisões (troca de óleo, filtros e assistência mecânica geral), documentação obrigatória, troca de pneus por desgaste natural, flexibilidade de entregar o veículo em período de férias ou paralisação, locação de no máximo 05 veículos por mês, totalizando no máximo 60 alugueis no período de 12 meses.	UNIDADE / ALUGUEL	5	60	12	R\$ 3.401,67	R\$ 204.100,20
2	14222	Contratação de empresa especializa na locação de veículos: locação mensal – valor mensal por veículo: 02 veículos de passeio sedan, com no máximo 10.000 mil km rodados, potência mínima 68 CV, combustível gasolina, cor branca, com ar condicionado e direção hidráulica ou superior, 04 portas, capacidade min de 05 lugares, sem limite de km, com os benefícios: seguro veicular com cobertura total e assistência 24h, revisões (troca de óleo, filtros e assistência mecânica geral), documentação obrigatória, troca de pneus por desgaste natural, flexibilidade de entregar o veículo em período de férias ou paralisação, locação de no máximo 02 veículos por mês, totalizando no máximo 24 alugueis no período de 12 meses	UNIDADE / ALUGUEL	2	24	12	R\$ 3.845,00	R\$ 92.280,00



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Os bens/serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O prazo de vigência da contratação será pelo período de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma do artigo 105 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A empresa contratada deverá disponibilizar veículos em perfeitas condições de uso, funcionamento, segurança e conservação, atendendo integralmente à legislação de trânsito vigente e às normas aplicáveis.

4.2 Os veículos deverão possuir:

- 4.1.1. Documentação regular e atualizada;
- 4.1.2. Licenciamento anual vigente;
- 4.1.3. Seguro total contra colisão, incêndio, furto, roubo e danos a terceiros;
- 4.1.4. Equipamentos obrigatórios previstos pelo Código de Trânsito Brasileiro;
- 4.1.5. Condições adequadas de higiene, conservação e segurança;
- 4.1.6. Quilometragem livre;
- 4.1.7. Disponibilidade para utilização durante toda a vigência contratual;

4.2. Requisitos de Idade da Frota:

- 4.2.1. Com o objetivo de garantir confiabilidade mecânica, segurança dos usuários e redução de interrupções operacionais, os veículos disponibilizados deverão possuir no máximo 10.000 km rodados no momento de sua disponibilização para uso da Secretaria solicitante.
- 4.2.2. A substituição dos veículos deverá ocorrer sempre que deixarem de atender aos requisitos estabelecidos.



4.3. **Requisitos de Manutenção:** A contratada será integralmente responsável pela realização de:

- 4.3.1. Manutenções preventivas;
- 4.3.2. Manutenções corretivas;
- 4.3.3. Revisões periódicas recomendadas pelo fabricante;
- 4.3.4. Troca de pneus;
- 4.3.5. Balanceamento;
- 4.3.6. Alinhamento;
- 4.3.7. Substituição de peças;
- 4.3.8. Serviços elétricos e mecânicos;
- 4.3.9. Todos os custos decorrentes dessas atividades deverão estar incluídos no valor contratado.

4.4. **Requisitos de Substituição dos Veículos:** A contratada deverá substituir imediatamente ou em prazo previamente definido pela Administração qualquer veículo que:

- 4.4.1. Apresente falhas mecânicas que comprometam sua utilização;
- 4.4.2. Envolver-se em acidente que impeça sua operação;
- 4.4.3. Não apresente condições adequadas de segurança;
- 4.4.4. Seja objeto de recolhimento ou impedimento legal de circulação.
- 4.4.5. A empresa deverá disponibilizar veículo reserva em até 24 horas após a comunicação formal da Administração;

4.5. **Requisitos de Disponibilidade:**

- 4.5.1. A contratada deverá garantir a disponibilidade contínua dos veículos durante todo o período contratual, evitando interrupções que possam comprometer os serviços de saúde;

4.6. **Requisitos Ambientais:**

- 4.6.1. Os veículos deverão atender às normas ambientais vigentes e aos padrões de emissão de poluentes estabelecidos pelos órgãos competentes.
- 4.6.2. Sempre que possível, deverão ser priorizados veículos com melhor eficiência energética e menor impacto ambiental.

4.7. **Requisitos de Qualificação Técnica:** A licitante deverá comprovar aptidão para execução do objeto mediante apresentação de:

- 4.7.1. Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- 4.7.2. Comprovação de atividade compatível com o objeto licitado;
- 4.7.3. Regularidade perante os órgãos competentes;

4.8. **Requisitos de Segurança e Continuidade:**



- 4.8.1. Considerando que os veículos serão utilizados em serviços essenciais de saúde, a contratada deverá assegurar mecanismos que garantam a continuidade da prestação dos serviços, especialmente em situações de manutenção, pane mecânica ou indisponibilidade temporária dos veículos, mediante substituição por veículos equivalentes ou superiores;

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1. A contratada deverá:
- 5.1.1. Disponibilizar canal de atendimento para comunicação de ocorrências;
 - 5.1.2. Atender às solicitações da Administração dentro dos prazos estabelecidos;
 - 5.1.3. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual;
 - 5.1.4. Manter todas as condições de habilitação durante a vigência do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, dentre outros.

6.6. A Administração poderá convocar representante da empresa contratada para adoção imediata de providências, sempre que necessário.

Fiscalização



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.8. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada provisoriamente pelo Sr. Emerson Hrycyki - Diretor de Frotas e de forma definitiva pelo Sr. José Vagner Lino Manoel, Secretário Municipal de Saúde.

6.9. A fiscalização do contrato compreenderá, entre outras atribuições:

6.9.1. Acompanhar e verificar a plena execução dos serviços e das obrigações assumidas pela contratada;

6.9.2. Conferir a conformidade dos serviços prestados, mediante análise dos relatórios, dos check - lists de manutenção e da observação dos requisitos estabelecidos;

6.9.3. Rejeitar, total ou parcialmente, os serviços executados em desconformidade com o contrato, determinando sua imediata correção;

6.9.4. Elaborar e manter atualizados relatórios de acompanhamento, registros e demais documentos pertinentes à fiscalização contratual;

6.9.5. Comunicar formalmente à autoridade competente qualquer ocorrência, irregularidade ou descumprimento observado na execução contratual;

6.9.6. Aplicar ou propor a aplicação de sanções administrativas previstas no contrato e na legislação vigente, quando cabível.

6.9.7. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9.8. As notificações de que trata o item anterior deverão ser respondidas em até 2 (dois) dias úteis por parte da Contratada;

6.9.9. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.9.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

6.9.11. O fiscal do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.10. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.10.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.11. A gestão do contrato será orientada por critérios de eficiência, eficácia e foco nos resultados, assegurando que a execução contratual ocorra em estrita conformidade com:

6.11.1. Os requisitos técnicos estabelecidos no Termo de Referência;

6.11.2. As condições, obrigações e responsabilidades pactuadas no contrato;

6.11.3. O cumprimento rigoroso dos prazos e cronogramas estabelecidos;

6.11.4. A observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e demais princípios que regem a Administração Pública.

6.11.5. Todas as ocorrências relevantes deverão ser formalmente registradas, por meio de relatórios, termos, checklists ou comunicações, devidamente juntadas aos autos do processo de contratação.

6.12. A empresa contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, um canal de comunicação direto e permanente com os fiscais designados, de forma a viabilizar o acompanhamento contínuo da execução dos serviços e permitir a pronta solução de eventuais intercorrências, garantindo, assim, a plena e regular execução das obrigações contratuais.

Gestor do Contrato

6.13. A gestão de contratos será realizada pela servidora designada senhora **Gabriele Fiuza Stoski** Portaria Nº 309/2023.

6.14. Cabe ao gestor do contrato:

6.14.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando



relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.14.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.14.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais

6.14.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.14.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.14.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.14.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço por lote.

Exigências de habilitação

7.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:



Habilitação jurídica

7.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

7.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



M U N I C Í P I O D E
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

7.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa CNDT;

7.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

7.20. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso I](#));

7.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

Outras Comprovações

7.22. Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão da licitante para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.



8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor da presente contratação será de **R\$ 296.380,20 (duzentos e noventa e seis mil, trezentos e oitenta reais e vinte centavos)**, conforme custos unitários apostos constantes no item 01 do presente termo.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Nova Tebas - Pr.

9.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

PROGRAMÁTICA	DESCRIÇÃO	FONTE
07.001.10.301.1001.2.701.339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1049-Emenda de Comissão nº 71170007
07.001.10.301.1001.2.701.339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1045-Emenda Individual nº 45000016 - Custeio Atenção Primária à Saúde - 5695799860
07.001.10.301.1001.2.701.339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)

10. PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal e o devido atesto da prestação do serviço.

10.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

10.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.6. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS – LICITAÇÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS – PR

Pregão na forma eletrônica nº 038/2026

Processo Administrativo nº116/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA
TEBAS - PR, E
.....

A Prefeitura do Município de Nova Tebas - Pr com sede no(a), na cidade de/Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 116/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão na forma Eletrônica nº 038/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Contratação de empresa visando a locação de veículos para a Secretaria Municipal de Saúde**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO CAT/SERV	UM	QTDE	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL. (R\$)
1						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O ETP (Estudo Técnico Preliminar);

1.3.2. O Termo de Referência;



1.3.3. O Edital da Licitação;

1.3.4. A Proposta do contratado;

1.3.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será pelo período de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma do artigo 105 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. *O valor total da contratação é de R\$...... (.....)*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos/prestados.*

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.



7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.1.1. Excepcionalmente, os preços contratados poderão ser revistos antes do prazo previsto na cláusula 7.1, desde que a contratada comprove, de forma inequívoca, a ocorrência de fato superveniente que provoque desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante apresentação de documentação idônea que demonstre a efetiva variação dos custos de mercado diretamente relacionados ao objeto contratado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, sendo consultados nos índices IGPM, IPCA e INPC optando sempre pela escolha do índice mais vantajoso para administração, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 08 (oito) dias.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:



9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#));

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

9.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços aqui prestados.

9.11. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.15. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

9.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.19. Os serviços do presente contrato deverão ser iniciados após o recebimento da ordem de fornecimento/execução, os quais deverão ser realizados em conformidade as especificações constantes nos itens do termo de referência anexo a este contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.



10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

- (1) moratória de 10 % (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- (2) compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. *O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*

13.2. *Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.*

13.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

14.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

14.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

14.2.1. “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

14.2.2. “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

14.2.3. “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

14.2.4. “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

14.2.5. “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

14.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

14.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento, na dotação abaixo discriminada:

PROGRAMÁTICA	DESCRIÇÃO	FONTE
07.001.10.301.1001.2.701.339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1049-Emenda de Comissão nº 71170007
07.001.10.301.1001.2.701.339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1045-Emenda Individual nº 45000016 - Custeio Atenção Primária à Saúde - 5695799860
07.001.10.301.1001.2.701.339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO ([art. 92, §1º](#))

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Manoel Ribas – Pr, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

ANEXO - I DO TERMO DE CONTRATO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS - PR
Processo Administrativo nº 116/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa visando a locação de veículos para a Secretaria Municipal de Saúde.

1.2. Observação: Em caso de divergência entre as informações disponibilizadas na plataforma Compras.gov.br e o conteúdo do edital quanto ao descritivo e unidades de medida dos itens, prevalecerão as disposições estabelecidas no edital.

LOTE ÚNICO								
ITEM	CÓDIGO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE / MEDIDA	QTDE DE VEÍCULO POR MÊS	QTDE EM LOCAÇÃO	QTDE DE MESES	VALOR UNITÁRIO POR VEÍCULO	VALOR TOTAL R\$
1	14222	Contratação de empresa especializa na locação de veículos: locação mensal – valor mensal por veículo: 05 veículos de passeio hatch, com no máximo 10.000 mil km rodados, potência mínima 68 CV, combustível gasolina, cor branca, com ar condicionado e direção hidráulica ou superior, 04 portas, capacidade min de 05 lugares, sem limite de km, com os benefícios: seguro veicular com cobertura total e assistência 24h, revisões (troca de óleo, filtros e assistência mecânica geral), documentação obrigatória, troca de pneus por desgaste natural, flexibilidade de entregar o veículo em período de férias ou paralisação, locação de no máximo 05 veículos por mês, totalizando no máximo 60 alugueis no período de 12 meses.	UNIDADE / ALUGUEL	5	60	12	R\$ 3.401,67	R\$ 204.100,20
2	14222	Contratação de empresa especializa na locação de veículos: locação mensal – valor mensal por veículo: 02 veículos de passeio sedan, com no máximo 10.000 mil km rodados, potência mínima 68 CV, combustível gasolina, cor branca, com ar condicionado e direção hidráulica ou superior, 04 portas, capacidade min de 05 lugares, sem limite de km, com os benefícios: seguro veicular com cobertura total e assistência 24h, revisões (troca de óleo, filtros e assistência mecânica geral), documentação obrigatória, troca de pneus por desgaste natural, flexibilidade de entregar o veículo em período de férias ou paralisação, locação de no máximo 02 veículos por mês, totalizando no máximo 24 alugueis no período de 12 meses	UNIDADE / ALUGUEL	2	24	12	R\$ 3.845,00	R\$ 92.280,00



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Os bens/serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O prazo de vigência da contratação será pelo período de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma do artigo 105 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.3 A empresa contratada deverá disponibilizar veículos em perfeitas condições de uso, funcionamento, segurança e conservação, atendendo integralmente à legislação de trânsito vigente e às normas aplicáveis.

4.4 Os veículos deverão possuir:

- 4.1.1. Documentação regular e atualizada;
- 4.1.2. Licenciamento anual vigente;
- 4.1.3. Seguro total contra colisão, incêndio, furto, roubo e danos a terceiros;
- 4.1.4. Equipamentos obrigatórios previstos pelo Código de Trânsito Brasileiro;
- 4.1.5. Condições adequadas de higiene, conservação e segurança;
- 4.1.6. Quilometragem livre;
- 4.1.7. Disponibilidade para utilização durante toda a vigência contratual;

4.2. Requisitos de Idade da Frota:

- 4.2.1. Com o objetivo de garantir confiabilidade mecânica, segurança dos usuários e redução de interrupções operacionais, os veículos disponibilizados deverão possuir no máximo 10.000 km rodados no momento de sua disponibilização para uso da Secretaria solicitante.
- 4.2.2. A substituição dos veículos deverá ocorrer sempre que deixarem de atender aos requisitos estabelecidos.



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

4.3. **Requisitos de Manutenção:** A contratada será integralmente responsável pela realização de:

- 4.3.1. Manutenções preventivas;
- 4.3.2. Manutenções corretivas;
- 4.3.3. Revisões periódicas recomendadas pelo fabricante;
- 4.3.4. Troca de pneus;
- 4.3.5. Balanceamento;
- 4.3.6. Alinhamento;
- 4.3.7. Substituição de peças;
- 4.3.8. Serviços elétricos e mecânicos;
- 4.3.9. Todos os custos decorrentes dessas atividades deverão estar incluídos no valor contratado.

4.4. **Requisitos de Substituição dos Veículos:** A contratada deverá substituir imediatamente ou em prazo previamente definido pela Administração qualquer veículo que:

- 4.4.1. Apresente falhas mecânicas que comprometam sua utilização;
- 4.4.2. Envolver-se em acidente que impeça sua operação;
- 4.4.3. Não apresente condições adequadas de segurança;
- 4.4.4. Seja objeto de recolhimento ou impedimento legal de circulação.
- 4.4.5. A empresa deverá disponibilizar veículo reserva em até 24 horas após a comunicação formal da Administração;

4.5. **Requisitos de Disponibilidade:**

- 4.5.1. A contratada deverá garantir a disponibilidade contínua dos veículos durante todo o período contratual, evitando interrupções que possam comprometer os serviços de saúde;

4.6. **Requisitos Ambientais:**

- 4.6.1. Os veículos deverão atender às normas ambientais vigentes e aos padrões de emissão de poluentes estabelecidos pelos órgãos competentes.
- 4.6.2. Sempre que possível, deverão ser priorizados veículos com melhor eficiência energética e menor impacto ambiental.

4.7. **Requisitos de Qualificação Técnica:** A licitante deverá comprovar aptidão para execução do objeto mediante apresentação de:

- 4.7.1. Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- 4.7.2. Comprovação de atividade compatível com o objeto licitado;
- 4.7.3. Regularidade perante os órgãos competentes;

4.8. **Requisitos de Segurança e Continuidade:**



- 4.8.1. Considerando que os veículos serão utilizados em serviços essenciais de saúde, a contratada deverá assegurar mecanismos que garantam a continuidade da prestação dos serviços, especialmente em situações de manutenção, pane mecânica ou indisponibilidade temporária dos veículos, mediante substituição por veículos equivalentes ou superiores;

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1. A contratada deverá:
- 5.1.1. Disponibilizar canal de atendimento para comunicação de ocorrências;
 - 5.1.2. Atender às solicitações da Administração dentro dos prazos estabelecidos;
 - 5.1.3. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual;
 - 5.1.4. Manter todas as condições de habilitação durante a vigência do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, dentre outros.

6.6. A Administração poderá convocar representante da empresa contratada para adoção imediata de providências, sempre que necessário.

Fiscalização



M U N I C Í P I O D E
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.8. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada provisoriamente pelo Sr. Emerson Hrycyki - Diretor de Frotas e de forma definitiva pelo Sr. José Vagner Lino Manoel, Secretário Municipal de Saúde.

6.9. A fiscalização do contrato compreenderá, entre outras atribuições:

6.9.1. Acompanhar e verificar a plena execução dos serviços e das obrigações assumidas pela contratada;

6.9.2. Conferir a conformidade dos serviços prestados, mediante análise dos relatórios, dos check - lists de manutenção e da observação dos requisitos estabelecidos;

6.9.3. Rejeitar, total ou parcialmente, os serviços executados em desconformidade com o contrato, determinando sua imediata correção;

6.9.4. Elaborar e manter atualizados relatórios de acompanhamento, registros e demais documentos pertinentes à fiscalização contratual;

6.9.5. Comunicar formalmente à autoridade competente qualquer ocorrência, irregularidade ou descumprimento observado na execução contratual;

6.9.6. Aplicar ou propor a aplicação de sanções administrativas previstas no contrato e na legislação vigente, quando cabível.

6.9.7. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9.8. As notificações de que trata o item anterior deverão ser respondidas em até 2 (dois) dias úteis por parte da Contratada;

6.9.9. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.9.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

6.9.11. O fiscal do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.10. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.10.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.11. A gestão do contrato será orientada por critérios de eficiência, eficácia e foco nos resultados, assegurando que a execução contratual ocorra em estrita conformidade com:

6.11.1. Os requisitos técnicos estabelecidos no Termo de Referência;

6.11.2. As condições, obrigações e responsabilidades pactuadas no contrato;

6.11.3. O cumprimento rigoroso dos prazos e cronogramas estabelecidos;

6.11.4. A observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e demais princípios que regem a Administração Pública.

6.11.5. Todas as ocorrências relevantes deverão ser formalmente registradas, por meio de relatórios, termos, checklists ou comunicações, devidamente juntadas aos autos do processo de contratação.

6.12. A empresa contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, um canal de comunicação direto e permanente com os fiscais designados, de forma a viabilizar o acompanhamento contínuo da execução dos serviços e permitir a pronta solução de eventuais intercorrências, garantindo, assim, a plena e regular execução das obrigações contratuais.

Gestor do Contrato

6.13. A gestão de contratos será realizada pela servidora designada senhora **Gabriele Fiuza Stoski** Portaria Nº 309/2023.

6.14. Cabe ao gestor do contrato:

6.14.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando



relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.14.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.14.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais

6.14.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.14.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.14.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.14.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço por lote.

Exigências de habilitação

7.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:



Habilitação jurídica

7.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

7.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

7.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa CNDT;

7.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

7.20. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso I](#));

7.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

Outras Comprovações

7.22. Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão da licitante para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.



8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor da presente contratação será de **R\$ 296.380,20 (duzentos e noventa e seis mil, trezentos e oitenta reais e vinte centavos)**, conforme custos unitários apostos constantes no item 01 do presente termo.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Nova Tebas - Pr.

9.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

PROGRAMÁTICA	DESCRIÇÃO	FONTE
07.001.10.301.1001.2.701.339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1049-Emenda de Comissão nº 71170007
07.001.10.301.1001.2.701.339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1045-Emenda Individual nº 45000016 - Custeio Atenção Primária à Saúde - 5695799860
07.001.10.301.1001.2.701.339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)

10. PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal e o devido atesto da prestação do serviço.

10.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

10.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.6. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



MUNICÍPIO DE
NOVA TEBAS
Dedicação e amor por nossa terra

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA;

MODELO DE PROPOSTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TEBAS - PR
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2026
Processo Administrativo n.º 116/2026

PROPOSTA DE PREÇOS
COMPOSIÇÃO DOS VALORES DA CONTRATAÇÃO

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ _____ nº _____ estabelecida na rua _____, nº _____, Bairro _____, cidade – UF, para o fornecimento de bens para a Prefeitura Municipal de Nova Tebas/PR, conforme estabelecido no Edital de Pregão Eletrônico nº _____/2026 e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Xxxx	Xx	Xx	Xxx	Xxx
02	Xxx	Xxx	Xxx	Xxx	Xxx
03	Xxx	Xxx	Xxx	Xxx	Xxx
	TOTAL				XXX

Dados bancários vinculados ao CNPJ:

Banco: Agência: Conta:

A EMPRESA _____, DECLARA QUE:

O prazo de validade da proposta é de _____ () dias (mínimo ____ dias).

Estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência e Minuta do Contrato.

Estão inclusos nos valores cotados todos os impostos, taxas, seguros, transporte, uniforme e EPI's, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias, taxa de administração, lucro, bem como, todos os outros custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto desta contratação

Assinatura do Responsável da empresa _____

CPF: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVAS TEBAS - PR

Estudo Técnico Preliminar 47/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 102

2. Descrição da necessidade

A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Tebas/PR necessita manter à disposição veículos automotores em condições adequadas de uso para garantir a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de saúde prestados à população.

Atualmente, a Administração Municipal possui contrato de locação de veículos destinado ao atendimento das demandas operacionais da Secretaria de Saúde. Contudo, a empresa contratada manifestou seu desinteresse na renovação contratual ao término da vigência, tornando necessária a realização de novo procedimento licitatório para assegurar a continuidade dos serviços públicos.

A necessidade da contratação decorre da utilização diária e contínua de veículos para diversas atividades essenciais, dentre as quais destacam-se:

- Transporte de pacientes para consultas, exames e tratamentos especializados em outros municípios;
- Deslocamento de equipes multiprofissionais para atendimentos domiciliares;
- Apoio às ações da Atenção Primária à Saúde;
- Transporte de servidores para atividades administrativas e técnicas relacionadas aos serviços de saúde;
- Apoio às campanhas de vacinação, vigilância sanitária e vigilância epidemiológica;
- Atendimento de demandas emergenciais e extraordinárias da Secretaria Municipal de Saúde.

A interrupção da disponibilidade desses veículos poderá comprometer diretamente a prestação dos serviços de saúde, ocasionando prejuízos ao atendimento da população, atrasos em tratamentos médicos, dificuldades logísticas e potencial descontinuidade de políticas públicas essenciais.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretário Municipal de Saúde	José Vagner Lino Manoel

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A futura contratação deverá observar os requisitos mínimos necessários para garantir a adequada execução do objeto, a segurança dos usuários, a economicidade da contratação e a continuidade dos serviços públicos.

Requisitos Gerais

A empresa contratada deverá disponibilizar veículos em perfeitas condições de uso, funcionamento, segurança e conservação, atendendo integralmente à legislação de trânsito vigente e às normas aplicáveis.

Os veículos deverão possuir:

- Documentação regular e atualizada;
- Licenciamento anual vigente;
- Seguro total contra colisão, incêndio, furto, roubo e danos a terceiros;
- Equipamentos obrigatórios previstos pelo Código de Trânsito Brasileiro;
- Condições adequadas de higiene, conservação e segurança;
- Quilometragem livre;
- Disponibilidade para utilização durante toda a vigência contratual.

Requisitos de Idade da Frota

Com o objetivo de garantir confiabilidade mecânica, segurança dos usuários e redução de interrupções operacionais, os veículos disponibilizados deverão possuir no máximo 10.000 km rodados no momento de sua disponibilização para uso da Secretaria solicitante.

A substituição dos veículos deverá ocorrer sempre que deixarem de atender aos requisitos estabelecidos.

Requisitos de Manutenção

A contratada será integralmente responsável pela realização de:

- Manutenções preventivas;
- Manutenções corretivas;
- Revisões periódicas recomendadas pelo fabricante;
- Troca de pneus;
- Balanceamento;
- Alinhamento;
- Substituição de peças;
- Serviços elétricos e mecânicos.

Todos os custos decorrentes dessas atividades deverão estar incluídos no valor contratado.

Requisitos de Substituição dos Veículos

A contratada deverá substituir imediatamente ou em prazo previamente definido pela Administração qualquer veículo que:

- Apresente falhas mecânicas que comprometam sua utilização;
- Envolver-se em acidente que impeça sua operação;
- Não apresente condições adequadas de segurança;
- Seja objeto de recolhimento ou impedimento legal de circulação.

A empresa deverá disponibilizar veículo reserva em até 24 horas após a comunicação formal da Administração.

Requisitos de Disponibilidade

A contratada deverá garantir a disponibilidade contínua dos veículos durante todo o período contratual, evitando interrupções que possam comprometer os serviços de saúde.

Requisitos Ambientais

Os veículos deverão atender às normas ambientais vigentes e aos padrões de emissão de poluentes estabelecidos pelos órgãos competentes.

Sempre que possível, deverão ser priorizados veículos com melhor eficiência energética e menor impacto ambiental.

Requisitos de Qualificação Técnica

A licitante deverá comprovar aptidão para execução do objeto mediante apresentação de:

- Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- Comprovação de atividade compatível com o objeto licitado;
- Regularidade perante os órgãos competentes.

Requisitos Relacionados à Execução Contratual

A contratada deverá:

- Disponibilizar canal de atendimento para comunicação de ocorrências;
- Atender às solicitações da Administração dentro dos prazos estabelecidos;
- Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual;
- Manter todas as condições de habilitação durante a vigência do contrato.

Requisitos de Segurança e Continuidade

Considerando que os veículos serão utilizados em serviços essenciais de saúde, a contratada deverá assegurar mecanismos que garantam a continuidade da prestação dos serviços, especialmente em situações de manutenção, pane mecânica ou indisponibilidade temporária dos veículos, mediante substituição por veículos equivalentes ou superiores.

DISPOSIÇÕES ANTICORRUPÇÃO

O contrato deverá conter cláusula específica de combate à fraude e à corrupção, em conformidade com a legislação vigente e com a Resolução SESA nº 329/2015, obrigando as partes ao cumprimento das normas aplicáveis.

VIGÊNCIA

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos da Lei nº 14.133/2021

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal e o devido atesto da prestação do serviço.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Será alocado na dotação orçamentaria: 1046 e 494

5. Levantamento de Mercado

Considerando que optar pela locação de veículos se torna mais viável por diversas razões, uma delas é o custo-benefício, a locação elimina a necessidade de um grande investimento inicial que a compra de um carro exige, além disso os custos com manutenção, seguro e impostos estão inclusos na locação.

Considerando esses fatores, tornam a locação de veículos uma opção mais vantajosa e eficiente em comparação à compra direta.

Para instrução do presente estudo, foram realizadas pesquisas de preços em fontes oficiais, incluindo consultas ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), atas de registro de preços vigentes em outros municípios, bem como orçamentos junto a fornecedores especializados e contratação anterior. Observou-se que os itens possuem oferta no mercado nacional, sendo viável a realização de licitação.

A pesquisa esta composta por fornecedores físicos, PNCP, Contrato dos Municípios de Santarém/PA e Caetité /BA. Podemos colocar em destaque as contratações de entes públicos demonstra que a aquisição dos itens é viável.

Contratações Similares - Município de Caetité - Contrato nº 101/2026

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a Contratação emergencial de empresa especializada em serviço de locação de veículo, sem motorista, para atender as demandas das Secretarias Municipais de Caetité/BA, pelo período de 06 (seis) meses, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Contratações Similares - Município de Santarém/PA - Contrato nº 13/2026

OBJETO: O presente Instrumento tem por objeto a Adesão à Ata de registro de preços nº 001/2026 - SMT, PE Nº 003 /2025 - SMT, contratação de empresa especializada na locação de veículos para atender as necessidades da secretaria municipal de agricultura e pesca, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, do referido edital.

Contratação Anterior - Contrato nº 100/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO EM SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS (SEM CONDUTOR) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TEBAS - PR, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

6. Descrição da solução como um todo

A opção pela locação de veículos mostra-se mais vantajosa em comparação à aquisição, considerando aspectos como:

- Eliminação dos custos de depreciação dos bens;
- Redução dos custos de manutenção corretiva e preventiva;
- Substituição imediata dos veículos em caso de falhas mecânicas;
- Renovação periódica da frota;
- Previsibilidade orçamentária;
- Redução da necessidade de investimentos iniciais elevados para aquisição;
- Menor impacto administrativo relacionado à gestão patrimonial dos veículos.

Além disso, a contratação permitirá que a Administração concentre esforços na execução das atividades finalísticas da saúde pública, transferindo à contratada a responsabilidade pela disponibilização, manutenção e gestão operacional dos veículos locados.

Diante do exposto, verifica-se que a contratação é imprescindível para garantir a continuidade, eficiência, economicidade e regularidade dos serviços públicos de saúde prestados pelo Município de Nova Tebas/PR, atendendo ao interesse público e às necessidades permanentes da Administração, conforme detalhamento a seguir:

- Contratação de empresa especializada na locação de veículos: locação mensal – valor mensal por veículo: 05 veículos de passeio hatch, com no máximo 10.000 mil km rodados, potência mínima 68 CV, combustível gasolina, cor branca, com ar condicionado e direção hidráulica ou superior, 04 portas, capacidade min de 05 lugares, sem limite de km, com os benefícios: seguro veicular com cobertura total e assistência 24h, revisões (troca de óleo, filtros e assistência mecânica geral), documentação obrigatória, troca de pneus por desgaste natural, flexibilidade de entregar o veículo em período de férias ou paralisação, locação de no máximo 05 veículos por mês, totalizando no máximo 60 alugueis no período de 12 meses.
- Contratação de empresa especializada na locação de veículos: locação mensal – valor mensal por veículo: 02 veículos de passeio sedan, com no máximo 10.000 mil km rodados, potência mínima 68 CV, combustível gasolina, cor branca, com ar condicionado e direção hidráulica ou superior, 04 portas, capacidade min de 05 lugares, sem limite de km, com os benefícios: seguro veicular com cobertura total e assistência 24h, revisões (troca de óleo, filtros e assistência mecânica geral), documentação obrigatória, troca de pneus por desgaste natural, flexibilidade de entregar o veículo em período de férias ou paralisação, locação de no máximo 02 veículos por mês, totalizando no máximo 24 alugueis no período de 12 meses.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	DESCRIÇÃO	UN/MED	QUANT.
01	Contratação de empresa especializada na locação de veículos: locação mensal – valor mensal por veículo: 05 veículos de passeio hatch, com no máximo 10.000 mil km rodados, potência mínima 68 CV, combustível gasolina, cor branca, com ar condicionado e direção hidráulica ou superior, 04 portas, capacidade min de 05 lugares, sem limite de km, com os benefícios: seguro veicular com cobertura total e assistência 24h, revisões (troca de óleo, filtros e assistência mecânica geral), documentação obrigatória, troca de pneus por desgaste natural, flexibilidade de entregar o veículo em período de férias ou paralisação, locação de no máximo 05 veículos por mês, totalizando no máximo 60 alugueis no período de 12 meses.	Unidade de veículo	05
02	Contratação de empresa especializada na locação de veículos: locação mensal – valor mensal por veículo: 02 veículos de passeio sedan, com no máximo 10.000 mil km rodados, potência mínima 68 CV, combustível gasolina, cor branca, com ar condicionado e direção hidráulica ou superior, 04 portas, capacidade min de 05 lugares, sem limite de km, com os benefícios: seguro veicular com cobertura total e assistência 24h, revisões (troca de óleo, filtros e assistência	Unidade de veículo	02

	mecânica geral), documentação obrigatória, troca de pneus por desgaste natural, flexibilidade de entregar o veículo em período de férias ou paralisação, locação de no máximo 02 veículos por mês, totalizando no máximo 24 alugueis no período de 12 meses		

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 296.380,20

INFORMATIVO DA CESTA DE PREÇO

A estimativa de preço foi realizada conforme a formação de preço sintética em anexo, seguindo o Decreto Municipal 05/2024.

Fontes consultadas: PNCP, Contratação Anterior, Fornecedor Físico e Contratações Similares.

Série de Preços: Tabela Comparativa e Cotações em anexo.

Método estatístico aplicado para os valores estimados: foram realizados os cálculos sobre a Média, Mediana e Menor Preço dos valores obtidos na pesquisa de preço. Informo que para o objeto solicitado foi encontrado resultado através do seguinte parâmetro;

A busca por orçamentos para compor a cesta de preços concentrou-se em fornecedores que atuam especificamente no ramo do objeto a ser contratado e que apresentaram propostas em conformidade com os parâmetros exigidos, sendo adotada a **MEDIANA** dos valores apresentados como referência para fins de estimativa de preços:

PNCP - Foi realizado busca com êxito a descrição buscada.

Contratações Similares: Foi realizado busca com êxito a descrição buscada.

Contratação Anterior - Foi realizado a busca no portal da transparência, conforme o pregão 32/2024.

Solicitação de Orçamento físico - Foi realizada a solicitação para 4 empresas mas houve apenas retorno de 1.

Ficando a formação de valor da seguinte forma:

Menor Preço; R\$ 178.500,00
Média de Preço; R\$ 281.775,36
Mediana de Preços; R\$ 296.380,20

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O objeto não será parcelado, tendo em vista que a contratação dos veículos por um único fornecedor proporciona maior eficiência na gestão contratual, padronização dos serviços prestados, simplificação da fiscalização e melhor controle operacional da frota. Além disso, o parcelamento poderia acarretar dificuldades na execução contratual,

aumento dos custos administrativos e riscos de descontinuidade dos serviços, especialmente considerando a natureza essencial das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde. Dessa forma, a contratação em lote único mostra-se tecnicamente e administrativamente mais vantajosa para o atendimento do interesse público.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

As contratações deste serviço irá ocorrer pela Secretaria Municipal de Saúde, porém outras secretarias poderão fazer tal aquisição em conjunto com a mesma.

Cabe ressaltar que ela poderá ser repetida em casos de novas aquisições de veículos realizadas pelo município conforme a necessidade.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O município ainda não adquiriu o plano de compras anuais por licitações, porém ressalta-se que a licitação de Seguro de veicular era realizada em anos anteriores por meio de pregão podendo ser aditivada.

Portanto, a contratação alinha-se ao planejamento desta secretaria. Esta assertiva ampara-se na medida em que é constante a necessidade de tais serviços para o bom andamento das atividades do setor da saúde.

Por fim, as despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação de serviço de locação de veículos apresenta vantagens operacionais, administrativas e econômicas para a Administração Pública, destacando-se:

- Disponibilização imediata de veículos em condições adequadas de uso, sem necessidade de elevado investimento inicial para aquisição.
- Redução dos custos relacionados à manutenção preventiva e corretiva, uma vez que tais responsabilidades são atribuídas à contratada.
- Renovação periódica da frota, proporcionando maior segurança, confiabilidade e eficiência operacional.
- Redução dos riscos de indisponibilidade dos veículos, mediante substituição pela contratada em casos de falhas mecânicas ou sinistros.
- Desoneração da Administração quanto à gestão patrimonial dos veículos, incluindo depreciação, documentação e demais encargos administrativos.
- Possibilidade de adequação da frota às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo maior flexibilidade na prestação dos serviços.
- Continuidade dos serviços públicos essenciais, especialmente no transporte de pacientes e no deslocamento das equipes de saúde.

Dessa forma, a locação de veículos mostra-se uma alternativa eficiente e economicamente vantajosa para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde, permitindo que a Administração concentre seus esforços na execução de suas atividades finalísticas e na melhoria do atendimento à população.

13. Providências a serem Adotadas

Por se tratar de uma aquisição de serviço, não se faz necessária nenhuma adequação, visto que o município já possui pessoal treinado, operante e preparados para a fiscalização e validação dos contratos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A presente aquisição requer uma devida atenção, ao se tratar de veículos automotivos, devem se atentar com os impactos ambientais, tais como:

- Poluição do Ar
- Poluição Sonora
- Emissão de gases de efeito estufa

Os automóveis tem vários impactos ambientais significativos que merecem atenção.

O descarte de peças ou mesmo do veículo após algum sinistro, fica de responsabilidade da empresa contratada.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação alinha-se às finalidades da instituição e é viável do ponto de vista, econômico e estratégico conforme demonstra esse estudo. A relação custo-benefício da contratação é considerada favorável. Há evidências de que as áreas requisitantes se comprometeram com o planejamento preliminar das soluções e há expectativa de que apoiará a construção do termo de referência.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ELISABETH BENATTI DOMINGOS

Núcleo de Licitação em Saúde



Assinou eletronicamente em 10/06/2026 às 16:30:24.

JOSE VAGNER LINO MANOEL

Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVAS TEBAS - PR

Termo de Referência 56/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
56/2026	989913-PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVAS TEBAS - PR	ELISABETH BENATTI DOMINGOS	10/06/2026 16:32 (v 0.9)
Status	DISPONIBILIZADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		201

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

TERMO DE EFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Tebas/PR necessita manter à disposição veículos automotores em condições adequadas de uso para garantir a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de saúde prestados à população.

Atualmente, a Administração Municipal possui contrato de locação de veículos destinado ao atendimento das demandas operacionais da Secretaria de Saúde. Contudo, a empresa contratada manifestou seu desinteresse na renovação contratual ao término da vigência, tornando necessária a realização de novo procedimento licitatório para assegurar a continuidade dos serviços públicos.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN/MED	QUANT.
1	Contratação de empresa especializa na locação de veículos: locação mensal – valor mensal por veículo: 05 veículos de passeio hatch, com no máximo 10.000 mil km rodados, potência mínima 68 CV, combustível gasolina, cor branca, com ar condicionado e direção hidráulica ou superior, 04 portas, capacidade min de 05 lugares, sem limite de km, com os benefícios: seguro veicular com cobertura total e assistência 24h, revisões (troca de óleo, filtros e assistência mecânica geral), documentação obrigatória, troca de pneus por desgaste natural, flexibilidade de entregar o veículo em período de férias ou paralisação, locação de no máximo 05 veículos por mês, totalizando no máximo 60 alugueis no período de 12 meses.	Unidade de veículo	05
	Contratação de empresa especializa na locação de veículos: locação mensal – valor mensal por veículo: 02 veículos de passeio sedan, com no máximo 10.000 mil km rodados, potência mínima 68		

2	CV, combustível gasolina, cor branca, com ar condicionado e direção hidráulica ou superior, 04 portas, capacidade min de 05 lugares, sem limite de km, com os benefícios: seguro veicular com cobertura total e assistência 24h, revisões (troca de óleo, filtros e assistência mecânica geral), documentação obrigatória, troca de pneus por desgaste natural, flexibilidade de entregar o veículo em período de férias ou paralisação, locação de no máximo 02 veículos por mês, totalizando no máximo 24 alugueis no período de 12 meses	Unidade de veículo	02
---	---	--------------------	----

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Atualmente, a Administração Municipal possui contrato de locação de veículos destinado ao atendimento das demandas operacionais da Secretaria de Saúde. Contudo, a empresa contratada manifestou seu desinteresse na renovação contratual ao término da vigência, tornando necessária a realização de novo procedimento licitatório para assegurar a continuidade dos serviços públicos.

A necessidade da contratação decorre da utilização diária e contínua de veículos para diversas atividades essenciais, dentre as quais destacam-se:

- Transporte de pacientes para consultas, exames e tratamentos especializados em outros municípios;
- Deslocamento de equipes multiprofissionais para atendimentos domiciliares;
- Apoio às ações da Atenção Primária à Saúde;
- Transporte de servidores para atividades administrativas e técnicas relacionadas aos serviços de saúde;
- Apoio às campanhas de vacinação, vigilância sanitária e vigilância epidemiológica;
- Atendimento de demandas emergenciais e extraordinárias da Secretaria Municipal de Saúde.

A interrupção da disponibilidade desses veículos poderá comprometer diretamente a prestação dos serviços de saúde, ocasionando prejuízos ao atendimento da população, atrasos em tratamentos médicos, dificuldades logísticas e potencial descontinuidade de políticas públicas essenciais.

Considerando que optar pela locação de veículos se torna mais viável por diversas razões, uma delas é o custo benefício, a locação elimina a necessidade de um grande investimento inicial que a compra de um carro exige, além disso os custos com manutenção, seguro e impostos estão inclusos na locação.

Considerando esses fatores, tornam a locação de veículos uma opção mais vantajosa e eficiente em comparação à compra direta.

Para instrução do presente estudo, foram realizadas pesquisas de preços em fontes oficiais, incluindo consultas ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), atas de registro de preços vigentes em outros municípios, bem como orçamentos junto a fornecedores especializados e contratação anterior. Observou-se que os itens possuem oferta no mercado nacional, sendo viável a realização de licitação.

A pesquisa esta composta por fornecedores físicos, PNCP, Contrato dos Municípios de Santarém/PA e Caetité /BA e Contrato Anterior. Podemos colocar em destaque as contratações de entes públicos demonstra que a aquisição dos itens é viável.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A opção pela locação de veículos mostra-se mais vantajosa em comparação à aquisição, considerando aspectos como:

- Eliminação dos custos de depreciação dos bens;
- Redução dos custos de manutenção corretiva e preventiva;
- Substituição imediata dos veículos em caso de falhas mecânicas;
- Renovação periódica da frota;
- Previsibilidade orçamentária;
- Redução da necessidade de investimentos iniciais elevados para aquisição;
- Menor impacto administrativo relacionado à gestão patrimonial dos veículos.

Além disso, a contratação permitirá que a Administração concentre esforços na execução das atividades finalísticas da saúde pública, transferindo à contratada a responsabilidade pela disponibilização, manutenção e gestão operacional dos veículos locados.

Diante do exposto, verifica-se que a contratação é imprescindível para garantir a continuidade, eficiência, economicidade e regularidade dos serviços públicos de saúde prestados pelo Município de Nova Tebas/PR, atendendo ao interesse público e às necessidades permanentes da Administração, conforme detalhamento a seguir:

- Contratação de empresa especializada na locação de veículos: locação mensal – valor mensal por veículo: 05 veículos de passeio hatch, com no máximo 10.000 mil km rodados, potência mínima 68 CV, combustível gasolina, cor branca, com ar condicionado e direção hidráulica ou superior, 04 portas, capacidade mínima de 05 lugares, sem limite de km, com os benefícios: seguro veicular com cobertura total e assistência 24h, revisões (troca de óleo, filtros e assistência mecânica geral), documentação obrigatória, troca de pneus por desgaste natural, flexibilidade de entregar o veículo em período de férias ou paralisação, locação de no máximo 05 veículos por mês, totalizando no máximo 60 alugueis no período de 12 meses.
- Contratação de empresa especializada na locação de veículos: locação mensal – valor mensal por veículo: 02 veículos de passeio sedan, com no máximo 10.000 mil km rodados, potência mínima 68 CV, combustível gasolina, cor branca, com ar condicionado e direção hidráulica ou superior, 04 portas, capacidade mínima de 05 lugares, sem limite de km, com os benefícios: seguro veicular com cobertura total e assistência 24h, revisões (troca de óleo, filtros e assistência mecânica geral), documentação obrigatória, troca de pneus por desgaste natural, flexibilidade de entregar o veículo em período de férias ou paralisação, locação de no máximo 02 veículos por mês, totalizando no máximo 24 alugueis no período de 12 meses.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A futura contratação deverá observar os requisitos mínimos necessários para garantir a adequada execução do objeto, a segurança dos usuários, a economicidade da contratação e a continuidade dos serviços públicos.

Requisitos Gerais

A empresa contratada deverá disponibilizar veículos em perfeitas condições de uso, funcionamento, segurança e conservação, atendendo integralmente à legislação de trânsito vigente e às normas aplicáveis.

Os veículos deverão possuir:

- Documentação regular e atualizada;

- Licenciamento anual vigente;
- Seguro total contra colisão, incêndio, furto, roubo e danos a terceiros;
- Equipamentos obrigatórios previstos pelo Código de Trânsito Brasileiro;
- Condições adequadas de higiene, conservação e segurança;
- Quilometragem livre;
- Disponibilidade para utilização durante toda a vigência contratual.

Requisitos de Idade da Frota

Com o objetivo de garantir confiabilidade mecânica, segurança dos usuários e redução de interrupções operacionais, os veículos disponibilizados deverão possuir no máximo 10.000 km rodados no momento de sua disponibilização para uso da Secretaria solicitante.

A substituição dos veículos deverá ocorrer sempre que deixarem de atender aos requisitos estabelecidos.

Requisitos de Manutenção

A contratada será integralmente responsável pela realização de:

- Manutenções preventivas;
- Manutenções corretivas;
- Revisões periódicas recomendadas pelo fabricante;
- Troca de pneus;
- Balanceamento;
- Alinhamento;
- Substituição de peças;
- Serviços elétricos e mecânicos.

Todos os custos decorrentes dessas atividades deverão estar incluídos no valor contratado.

Requisitos de Substituição dos Veículos

A contratada deverá substituir imediatamente ou em prazo previamente definido pela Administração qualquer veículo que:

- Apresente falhas mecânicas que comprometam sua utilização;
- Envolver-se em acidente que impeça sua operação;
- Não apresente condições adequadas de segurança;
- Seja objeto de recolhimento ou impedimento legal de circulação.

A empresa deverá disponibilizar veículo reserva em até 24 horas após a comunicação formal da Administração.

Requisitos de Disponibilidade

A contratada deverá garantir a disponibilidade contínua dos veículos durante todo o período contratual, evitando interrupções que possam comprometer os serviços de saúde.

Requisitos Ambientais

Os veículos deverão atender às normas ambientais vigentes e aos padrões de emissão de poluentes estabelecidos pelos órgãos competentes.

Sempre que possível, deverão ser priorizados veículos com melhor eficiência energética e menor impacto ambiental.

Requisitos de Qualificação Técnica

A licitante deverá comprovar aptidão para execução do objeto mediante apresentação de:

- Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- Comprovação de atividade compatível com o objeto licitado;
- Regularidade perante os órgãos competentes.

Requisitos Relacionados à Execução Contratual

A contratada deverá:

- Disponibilizar canal de atendimento para comunicação de ocorrências;
- Atender às solicitações da Administração dentro dos prazos estabelecidos;
- Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual;
- Manter todas as condições de habilitação durante a vigência do contrato.

Requisitos de Segurança e Continuidade

Considerando que os veículos serão utilizados em serviços essenciais de saúde, a contratada deverá assegurar mecanismos que garantam a continuidade da prestação dos serviços, especialmente em situações de manutenção, pane mecânica ou indisponibilidade temporária dos veículos, mediante substituição por veículos equivalentes ou superiores.

DISPOSIÇÕES ANTICORRUPÇÃO

O contrato deverá conter cláusula específica de combate à fraude e à corrupção, em conformidade com a legislação vigente e com a Resolução SESA nº 329/2015, obrigando as partes ao cumprimento das normas aplicáveis.

VIGÊNCIA

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos da Lei nº 14.133/2021

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal e o devido atesto da prestação do serviço.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Será alocado na dotação orçamentaria: 1046 e 494

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Requisitos Gerais

A empresa contratada deverá disponibilizar veículos em perfeitas condições de uso, funcionamento, segurança e conservação, atendendo integralmente à legislação de trânsito vigente e às normas aplicáveis.

Os veículos deverão possuir:

- Documentação regular e atualizada;
- Licenciamento anual vigente;
- Seguro total contra colisão, incêndio, furto, roubo e danos a terceiros;
- Equipamentos obrigatórios previstos pelo Código de Trânsito Brasileiro;
- Condições adequadas de higiene, conservação e segurança;
- Quilometragem livre;
- Disponibilidade para utilização durante toda a vigência contratual.

Requisitos de Idade da Frota

Com o objetivo de garantir confiabilidade mecânica, segurança dos usuários e redução de interrupções operacionais, os veículos disponibilizados deverão possuir no máximo 10.000 km rodados no momento de sua disponibilização para uso da Secretaria solicitante.

A substituição dos veículos deverá ocorrer sempre que deixarem de atender aos requisitos estabelecidos.

Requisitos de Manutenção

A contratada será integralmente responsável pela realização de:

- Manutenções preventivas;
- Manutenções corretivas;
- Revisões periódicas recomendadas pelo fabricante;
- Troca de pneus;
- Balanceamento;
- Alinhamento;
- Substituição de peças;
- Serviços elétricos e mecânicos.

Todos os custos decorrentes dessas atividades deverão estar incluídos no valor contratado.

Requisitos de Substituição dos Veículos

A contratada deverá substituir imediatamente ou em prazo previamente definido pela Administração qualquer veículo que:

- Apresente falhas mecânicas que comprometam sua utilização;
- Envolva-se em acidente que impeça sua operação;
- Não apresente condições adequadas de segurança;
- Seja objeto de recolhimento ou impedimento legal de circulação.

A empresa deverá disponibilizar veículo reserva em até 24 horas após a comunicação formal da Administração.

Requisitos de Disponibilidade

A contratada deverá garantir a disponibilidade contínua dos veículos durante todo o período contratual, evitando interrupções que possam comprometer os serviços de saúde.

Requisitos Ambientais

Os veículos deverão atender às normas ambientais vigentes e aos padrões de emissão de poluentes estabelecidos pelos órgãos competentes.

Sempre que possível, deverão ser priorizados veículos com melhor eficiência energética e menor impacto ambiental.

Requisitos de Qualificação Técnica

- A licitante deverá comprovar aptidão para execução do objeto mediante apresentação de:
- Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- Comprovação de atividade compatível com o objeto licitado;
- Regularidade perante os órgãos competentes.

Requisitos Relacionados à Execução Contratual

A contratada deverá:

- Disponibilizar canal de atendimento para comunicação de ocorrências;
- Atender às solicitações da Administração dentro dos prazos estabelecidos;
- Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual;

- Manter todas as condições de habilitação durante a vigência do contrato.

Requisitos de Segurança e Continuidade

Considerando que os veículos serão utilizados em serviços essenciais de saúde, a contratada deverá assegurar mecanismos que garantam a continuidade da prestação dos serviços, especialmente em situações de manutenção, pane mecânica ou indisponibilidade temporária dos veículos, mediante substituição por veículos equivalentes ou superiores.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal e o devido atesto da prestação do serviço.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e com as disposições da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada provisoriamente pelo Sr. Emerson Hrycyki - Diretor de Frotas e de forma definitiva pelo Sr. José Vagner Lino Manoel, Secretário Municipal de Saúde.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

ITEM NÃO CONTEMPLADO NESTA ETAPA DO PROCESSO.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal e o devido atesto da prestação do serviço.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

A seleção ocorrerá por meio de Pregão Eletrônico, com julgamento pelo menor preço por item, observada a conformidade com as especificações técnicas e demais exigências do edital, em conformidade com a Lei nº 14.133 /2021.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

INFORMATIVO DA CESTA DE PREÇO

A estimativa de preço foi realizada conforme a formação de preço sintética em anexo, seguindo o Decreto Municipal 05/2024.

Fontes consultadas: PNCP, Contratação Anterior, Fornecedor Físico e Contratações Similares.
Série de Preços: Tabela Comparativa e Cotações em anexo.

Método estatístico aplicado para os valores estimados: foram realizados os cálculos sobre a Média, Mediana e Menor Preço dos valores obtidos na pesquisa de preço. Informo que para o objeto solicitado foi encontrado resultado através do seguinte parâmetro;

A busca por orçamentos para compor a cesta de preços concentrou-se em fornecedores que atuam especificamente no ramo do objeto a ser contratado e que apresentaram propostas em conformidade com os parâmetros exigidos, sendo adotada a **MEDIANA** dos valores apresentados como referência para fins de estimativa de preços:

PNCP - Foi realizado busca com êxito a descrição buscada.
Contratações Similares: Foi realizado busca com êxito a descrição buscada.
Contratação Anterior - Foi realizado a busca no portal da transparência, conforme o pregão 32/2024.
Solicitação de Orçamento físico - Foi realizada a solicitação para 4 empresas mas houve apenas retorno de 1.

Ficando a formação de valor da seguinte forma:

Menor Preço; R\$ 178.500,00
Média de Preço; R\$ 281.775,36
Mediana de Preços; R\$ 296.380,20

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA
Será alocado na dotação orçamentaria: 1046 e 494

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

ITEM NÃO CONTEMPLADO NESTA ETAPA DO PROCESSO

13. ANEXO I

ITEM NÃO CONTEMPLADO NESTA ETAPA DO PROCESSO

14. ANEXO II

ITEM NÃO CONTEMPLADO NESTA ETAPA DO PROCESSO

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ELISABETH BENATTI DOMINGOS

Núcleo de Licitação em saúde



Assinou eletronicamente em 10/06/2026 às 16:32:44.

JOSE VAGNER LINO MANOEL

Secretário Municipal de Saúde

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓD. CAT	UN/MED.	QUANTIDADE DE VEÍCULO	QUANTIDADE (MÊS)	QUANTIDADE (EM LOCAÇÃO)	PNCP	Contratação Anterior VECON LOCADORA LTDA	Orcamento Fisico RX Locadora de Veiculos	Contratações Similares Município de Santarém/PA Contrato nº 13/2026	Contratações Similares Município de Caetité/BA Contrato nº 101/2026	MÉDIA	MEDIANA	VALOR TOTAL SOBRE A MÉDIA	VALOR TOTAL SOBRE A MEDIANA	VALOR TOTAL SOBRE O MENOR PREÇO
1	Contratação de empresa especializada na locação de veículos: locação mensal – valor mensal por veículo: 05 veículos de passeio hatch, com no máximo 10.000 mil km rodados, potência mínima 68 CV, combustível gasolina, cor branca, com ar condicionado e direção hidráulica ou superior, 04 portas, capacidade min de 05 lugares, sem limite de km, com os benefícios: seguro veicular com cobertura total e assistência 24h, revisões (troca de óleo, filtros e assistência mecânica geral), documentação obrigatória, troca de pneus por desgaste natural, flexibilidade de entregar o veículo em período de férias ou paralisação, locação de no máximo 05 veículos por mês, totalizando no máximo 60 alugueis no período de 12 meses.	14222	ALUGUEL	5	12	60	R\$ 3.203,33	R\$ 2.125,00	R\$ 3.600,00		R\$ 4.190,00	R\$ 3.279,58	R\$ 3.401,67	R\$ 196.774,80	R\$ 204.100,20	R\$ 127.500,00
2	Contratação de empresa especializada na locação de veículos: locação mensal – valor mensal por veículo: 02 veículos de passeio sedan, com no máximo 10.000 mil km rodados, potência mínima 68 CV, combustível gasolina, cor branca, com ar condicionado e direção hidráulica ou superior, 04 portas, capacidade min de 05 lugares, sem limite de km, com os benefícios: seguro veicular com cobertura total e assistência 24h, revisões (troca de óleo, filtros e assistência mecânica geral), documentação obrigatória, troca de pneus por desgaste natural, flexibilidade de entregar o veículo em período de férias ou paralisação, locação de no máximo 02 veículos por mês, totalizando no máximo 24 alugueis no período de 12 meses.	14222	ALUGUEL	2	12	24	R\$ 4.351,76	R\$ 2.125,00	R\$ 4.200,00	R\$ 3.490,00		R\$ 3.541,69	R\$ 3.845,00	R\$ 85.000,56	R\$ 92.280,00	R\$ 51.000,00
TOTAL														R\$ 281.775,36	R\$ 296.380,20	R\$ 178.500,00

LEGENDA	
	MENOR VALOR
	MÉDIA SOBRE OS VALORES
	MEDIANA SOBRE OS VALORES
	VALORES INEXEQUÍVEIS OU EXCESSIVAMENTE ELEVADOS

Assinado por:

Jose Wagner Lino Manoel

09/06/2026 - 16:45

MHRM39EUQ2WAHEOWWNRCHQ



PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 032/2024

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 093/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100/2024

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO EM SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS (SEM CONDUTOR) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TEBAS - PR, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TEBAS E A EMPRESA VECON LOCADORA LTDA.

O Município de Nova Tebas, pessoa jurídica de direito público, sito a Avenida Belo Horizonte, nº 695, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Senhor CLODOALDO FERNANDES DOS SANTOS, residente e domiciliado neste Município, a seguir denominada CONTRATANTE, e a Empresa **VECON LOCADORA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado com endereço à Avenida João Gualberto, nº 1342, Alto da Glória, na cidade de Curitiba/PR, CEP: 80030-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº. **14.632.984/0001-38**, neste ato representada por sua representante Legal, Senhora MARCELE MARTIN UNGEHEUER RIGOLINO, portadora da carteira de identidade RG nº 4.268.732-4 e CPF nº 027.407.439-71, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, decorrente do resultado da licitação, modalidade PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, Edital nº **032/2024**, nos termos da Lei nº 14.133/21, assim como pelas condições do edital já referido, pelos termos da proposta da CONTRATADA datada de 26/07/2024 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO EM SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS (SEM CONDUTOR) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TEBAS - PR, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

Gabinete do Prefeito

Avenida Belo Horizonte 695 - Centro - CEP: 85.250-000 - Estado do Paraná

Fone (42) 3643-1109 - CNPJ: 80.620.172/0001-05 email: clodoaldofernandesdosantos@gmail.com



Nº DO ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UM	QTDE DE VEÍCULOS POR MÊS	QTDE EM MESES	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL PARA SETE VEÍCULOS	VALOR TOTAL
1	LOCAÇÃO MENSAL – VALOR MENSAL PARA 07 (SETE) VEÍCULOS DE PASSEIO, ANO/MODELO MÍNIMO 2023/2024 POTÊNCIA MÍNIMA 68 CV, BI - COMBUSTÍVEL, COM AR CONDICIONADO E DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR, 04 PORTAS, CAPACIDADE MIN DE 05 LUGARES, SEM LIMITE DE KM, COM OS BENEFÍCIOS: SEGURO VEICULAR COM COBERTURA TOTAL E ASSISTÊNCIA 24H, REVISÕES (TROCA DE ÓLEO, FILTROS E ASSISTÊNCIA MECÂNICA GERAL), DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA, TROCA DE PNEUS POR DESGASTE NATURAL, FLEXIBILIDADE DE ENTREGAR O VEÍCULO EM PERÍODO DE FÉRIAS OU PARALISAÇÃO, LOCAÇÃO DE NO MÁXIMO 07 VEÍCULOS POR MÊS, TOTALIZANDO NO MÁXIMO 84 ALUGUEIS NO PERÍODO.	RENAULT KWID 1.0	ALUGUEL	07	12	R\$ 2.125,00	R\$ 14.875,00	R\$ 178.500,00

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2 O Edital de Licitação;

1.3.3 A Proposta do Contratado; e

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.3 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.3 O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4 CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.3 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Gabinete do Prefeito

Avenida Belo Horizonte 695 - Centro - CEP: 85.250-000 - Estado do Paraná

Fone (42) 3643-1109 - CNPJ: 80.620.172/0001-05 email: clodoaldofernandesdosantos@gmail.com



5 CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.3 PREÇO

- 5.3.1** valor total da contratação é de R\$ **178.500,00 (cento e setenta e oito mil e quinhentos reais)**.
- 5.3.2** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4 FORMA DE PAGAMENTO

- 5.4.1** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.5 PRAZO DE PAGAMENTO

5.1.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.1.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.1.3 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice a ser definido de correção monetária.

5.2 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 5.2.2** A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.
- 5.2.3** Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 5.2.4** O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) o período respectivo de execução do contrato;
 - e) o valor a pagar; e
 - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 5.2.5** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a

Gabinete do Prefeito

Avenida Belo Horizonte 695 - Centro - CEP: 85.250-000 - Estado do Paraná

Fone (42) 3643-1109 - CNPJ: 80.620.172/0001-05 - email: clodoaldofernandesdosantos@gmail.com



comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

- 5.2.6 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.2.7 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 5.2.8 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 5.2.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 5.2.10 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 5.2.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 5.2.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 5.2.12.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.2.13 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5 CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 5.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 26/07/2024.

Gabinete do Prefeito

Avenida Belo Horizonte 695 - Centro - CEP: 85.250-000 - Estado do Paraná

Fone (42) 3643-1109 - CNPJ: 80.620.172/0001-05 e-mail: clodoaldofernandesdosantos@gmail.com



- 5.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, sendo consultados nos índices IGPM, IPCA e INPC, optando sempre pela escolha do índice mais vantajoso para administração, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade
- 5.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 5.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 5.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 5.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 5.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 5.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

6 CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

6.1 São obrigações do Contratante:

- 6.1.1** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 6.1.2** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 6.1.3** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 6.1.4** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 6.1.5** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- 6.1.6** Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 6.1.7** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 6.1.8** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos

Gabinete do Prefeito

Avenida Belo Horizonte 695 - Centro - CEP: 85.250-000 - Estado do Paraná

Fone (42) 3643-1109 - CNPJ: 80.620.172/0001-05 - email: clodoaldofernandesdosantos@gmail.com



manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

6.1.8.1 Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias, para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

6.1.9 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

6.1.10 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.

6.2A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7 CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

7.1O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

7.1.1 indicar preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

7.1.1.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

7.1.2 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

7.1.3 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

7.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.1.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

Gabinete do Prefeito

Avenida Belo Horizonte 695 - Centro - CEP: 85.250-000 - Estado do Paraná

Fone (42) 3643-1109 - CNPJ: 80.620.172/0001-05 email: clodoaldofernandesdosantos@gmail.com



- 7.1.6 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 7.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 7.1.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 7.1.10 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 7.1.11 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 7.1.12 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 7.1.13 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 7.1.14 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 7.1.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;



- 7.1.16 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
- 7.1.17 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 7.1.18 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 7.1.19 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 7.1.20 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.1.21 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

8 CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 9.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 9.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 9.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 9.4 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 9.5 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

Gabinete do Prefeito

Avenida Belo Horizonte 695 - Centro - CEP: 85.250-000 - Estado do Paraná

Fone (42) 3643-1109 - CNPJ: 80.620.172/0001-05 - email: clodoaldofernandesdosantos@gmail.com



9 CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

9.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- iv) **Multa:**

Gabinete do Prefeito

Avenida Belo Horizonte 695 - Centro - CEP: 85.250-000 - Estado do Paraná

Fone (42) 3643-1109 - CNPJ: 80.620.172/0001-05 - e-mail: clodoaldofernandesdosantos@gmail.com



- (1) moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- (2) moratória de 20% (vinte por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - (a) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme
- (3) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

10.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

10.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

10.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

10.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

Gabinete do Prefeito

Avenida Belo Horizonte 695 - Centro - CEP: 85.250-000 - Estado do Paraná

Fone (42) 3643-1109 - CNPJ: 80.620.172/0001-05 email: clodoaldofernandesdosantos@gmail.com



- 10.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)
- 10.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)
- 10.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2 O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.3 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.3.1 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.4 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.4.2 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Gabinete do Prefeito

Avenida Belo Horizonte 695 - Centro - CEP: 85.250-000 - Estado do Paraná

Fone (42) 3643-1109 - CNPJ: 80.620.172/0001-05 email: clodoaldofernandesdosantos@gmail.com



11.4.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.5 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.5.3 Indenizações e multas.

12 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

12.2 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

0700110301100127013390390000 490 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA;

0700110302100127063390390000 1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA;

13 – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.2 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

14.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3 O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

14.5 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

15.2 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

Gabinete do Prefeito

Avenida Belo Horizonte 695 - Centro - CEP: 85.250-000 - Estado do Paraná

Fone (42) 3643-1109 - CNPJ: 80.620.172/0001-05 - email: clodoaldofernandesdosantos@gmail.com



16 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

16.2 É eleito o Foro da Comarca de Manoel Ribas - Pr para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Nova Tebas/PR, 12 de agosto de 2024.

Assinaturas

CLODOALDO	Assinado de forma digital
FERNANDES DOS	por CLODOALDO
SANTOS:0602823	FERNANDES DOS
2939	SANTOS:06028232939
	Dados: 2024.08.14
	13:22:31 -03'00'

Representante legal do órgão gerenciador

CLODOALDO FERNANDES DOS SANTOS

ANA TERESINHA	Assinado de forma digital
BRUNETTI	por ANA TERESINHA
RIGOLINO:034739	BRUNETTI
10953	RIGOLINO:03473910953
	Dados: 2024.08.14
	11:14:25 -03'00'

Representante legal do fornecedor registrado

EMPRESA: VECON LOCADORA LTDA

Gabinete do Prefeito

Avenida Belo Horizonte 695 - Centro - CEP: 85.250-000 - Estado do Paraná

Fone (42) 3643-1109 - CNPJ: 80.620.172/0001-05 email: clodoaldofernandesdosantos@gmail.com



ANEXO 01 DO CONTRATO

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS - PR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 093/2024

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada na prestação em serviço de locação de veículos (sem condutor) para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Tebas - Pr:

Nº DO ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UM	QTDE DE VEÍCULOS POR MÊS	QTDE EM MESES	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL PARA SETE VEÍCULOS	VALOR TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZA NA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS: LOCAÇÃO MENSAL – VALOR MENSAL POR VEÍCULO: 07 VEÍCULOS DE PASSEIO HATCH 0KM, POTÊNCIA MÍNIMA 68 CV, COMBUSTÍVEL GASOLINA, COR BRANCA, COM AR CONDICIONADO E DIREÇÃO HIDRÁULICA OU SUPERIOR, 04 PORTAS, CAPACIDADE MIN DE 01 05 LUGARES, SEM LIMITE DE KM, COM OS BENEFÍCIOS: SEGURO VEICULAR COM COBERTURA TOTAL E ASSISTÊNCIA 24H, REVISÕES ALUGUEL 84 (TROCA DE ÓLEO, FILTROS E ASSISTÊNCIA MECÂNICA GERAL), DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA, TROCA DE PNEUS POR DESGASTE NATURAL, FLEXIBILIDADE DE ENTREGAR O VEÍCULO EM PERÍODO DE FÉRIAS OU PARALISAÇÃO, LOCAÇÃO DE NO MÁXIMO 07 VEÍCULOS POR MÊS, TOTALIZANDO NO MÁXIMO 84 ALUGUEIS NO PERÍODO.	RENAULT KWID 1.0	ALUGUEL	07	12	R\$ 2.125,00	R\$ 14.875,00	R\$ 178.500,00

1.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Gabinete do Prefeito

Avenida Belo Horizonte 695 - Centro - CEP: 85.250-000 - Estado do Paraná

Fone (42) 3643-1109 - CNPJ: 80.620.172/0001-05 e-mail: clodoaldofernandesdosantos@gmail.com



1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, tendo vigência a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Os veículos a serem locados deverão ser entregues neste município e colocados à disposição para o uso e em atendimento as especificações mínimas necessárias constantes no constantes no item 01 deste termo devendo ser entregues em até 20 (vinte) dias após a solicitação pelo departamento competente da Prefeitura Municipal de Nova Tebas - Pr, os quais serão acompanhados de maneira provisória pelo fiscal de contratos desta municipalidade. Após concluídos os mesmos serão fiscalizados por servidor ou comissão designado por este município, de maneira definitiva tanto quanto à sua qualidade, como quanto à quantidade, fazendo-o mediante relatórios pormenorizados referentes a cada prestação de serviço;

4.2 Por se tratar de um serviço continuado, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com pagamentos realizados de acordo com as solicitações demandadas, não será exigida garantia de execução contratual;

4.4 A contratação será realizada para um período inicial de 12 (doze) meses podendo ser prorrogada conforme prazos estipulados na legislação vigente;

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A empresa contratada deverá obedecer ao Estudo Técnico, Termo de referência e os demais documentos pertinentes que seguirão em anexo.

Gabinete do Prefeito

Avenida Belo Horizonte 695 - Centro - CEP: 85.250-000 - Estado do Paraná

Fone (42) 3643-1109 - CNPJ: 80.620.172/0001-05 email: clodoaldofernandesdosantos@gmail.com



5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.3. A gestão de contratos será realizada pela servidora designada senhora Gabriele Fiuza Stoski, ficando o acompanhamento e fiscalização provisória pelo Senhor Dhienilson Fernandes da Paz e o acompanhamento e fiscalização definitivo pela Senhora Márcia Regina Rossi.

5.4. Ao que diz respeito ao acompanhamento provisório e definitivo da prestação do serviço, em se tratando de um objeto que irá atender todas as secretarias, os mesmos serão indicados quando solicitado o serviço a empresa contratada.

5.5. A empresa contratada deverá ter ciência de que as despesas relacionadas ao deslocamento, alimentação e hospedagem de seus servidores quando necessário, não haverá ônus para o município.

5.5.1. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

5.5.2. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.5.3. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

5.5.4. O fiscal do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

5.6. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Gabinete do Prefeito

Avenida Belo Horizonte 695 - Centro - CEP: 85.250-000 - Estado do Paraná

Fone (42) 3643-1109 - CNPJ: 80.620.172/0001-05 email: clodoaldofernandesdosantos@gmail.com



5.7. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.7.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

5.7.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

5.7.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5.7.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

5.8. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

5.9. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.



6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

6.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço.

Exigências de habilitação

6.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

6.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

6.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

6.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

6.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Gabinete do Prefeito

Avenida Belo Horizonte 695 - Centro - CEP: 85.250-000 - Estado do Paraná

Fone (42) 3643-1109 - CNPJ: 80.620.172/0001-05 email: clodoaldofernandesdosantos@gmail.com



6.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

6.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

6.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

6.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

6.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

6.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

6.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa CNDT;

6.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

6.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante

Gabinete do Prefeito

Avenida Belo Horizonte 695 - Centro - CEP: 85.250-000 - Estado do Paraná

Fone (42) 3643-1109 - CNPJ: 80.620.172/0001-05 email: clodoaldofernandesdosantos@gmail.com



a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

6.20. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso I](#));;

6.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

7. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1 O custo estimado total da contratação é R\$ 178.500,00 (cento e setenta e oito mil e quinhentos reais), conforme custos unitários apostos constantes no LOTE UNICO do presente termo.

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Nova Tebas - Pr.

8.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

0700110301100127013390390000 490 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA;

0700110302100127063390390000 1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA;

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1 Após concluído o serviço e atestado pelos profissionais responsáveis que o mesmo foi prestado conforme as condições previstas no processo, o pagamento será realizado até 30 (trinta) dias posterior a data de liquidação do empenho.

Gabinete do Prefeito

Avenida Belo Horizonte 695 - Centro - CEP: 85.250-000 - Estado do Paraná

Fone (42) 3643-1109 - CNPJ: 80.620.172/0001-05 email: clodoaldofernandesdosantos@gmail.com



Prefeitura Municipal de
Nova Tebas
CUIDANDO DA NOSSA GENTE

**EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100/2024
PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICO Nº 032/2024
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 093/2024**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TEBAS – PR

CNPJ - 80.620.172/0001-05

CONTRATADA: VECON LOCADORA LTDA

CNPJ – 14.632.984/0001-38

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO EM SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS (SEM CONDUTOR) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TEBAS – PR.

DATA DO CONTRATO: 12 de agosto de 2024

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, tendo vigência a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

VALOR TOTAL: R\$ 178.500,00 (cento e setenta e oito mil e quinhentos reais).

FORO: Comarca de Manoel Ribas–PR.

**CLODOALDO
FERNANDES DOS
SANTOS:0602823
2939**

Assinado de forma
digital por CLODOALDO
FERNANDES DOS
SANTOS:06028232939
Dados: 2024.08.14
13:23:17 -03'00'

**CLODOALDO FERNANDES DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TEBAS – PR**

Gabinete do Prefeito

Avenida Belo Horizonte 695 - Centro - CEP: 85.250-000 - Estado do Paraná

Fone (42) 3643-1109 - CNPJ: 80.620.172/0001-05 e-mail: clodoaldofernandesdosantos@gmail.com (21/23)

339/341



Quarta-Feira, 14 de Agosto de 2024, Edição 152/2024, Ano VIII, Páginas: 16.

De acordo com a lei Municipal nº 727/2017 / Lei Complementar Federal nº 101/2000 / Lei Complementar Estadual nº 137/2011

Página 6 de 16



Prefeitura Municipal de
Nova Tebas
CUIDANDO DA NOSSA GENTE

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100/2024
PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICO Nº 032/2024
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 093/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TEBAS – PR

CNPJ - 80.620.172/0001-05

CONTRATADA: VECON LOCADORA LTDA

CNPJ – 14.632.984/0001-38

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO EM SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS (SEM CONDUTOR) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TEBAS – PR.

DATA DO CONTRATO: 12 de agosto de 2024

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, tendo vigência a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

VALOR TOTAL: R\$ 178.500,00 (cento e setenta e oito mil e quinhentos reais).


FORO: Comarca de Manoel Ribas–PR.

CLODOALDO
FERNANDES DOS
SANTOS:0602823
2939

Assinado de forma
digital por CLODOALDO
FERNANDES DOS
SANTOS:06028232939
Dados: 2024.08.14
13:23:17 -03'00'

CLODOALDO FERNANDES DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TEBAS – PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA
 AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2024
 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA
 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, CONFORME AS
 NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
 CULTURA E ESPORTE. Abertura das propostas as 09h00min, do dia 30 de
 Agosto de 2024, tipo MENOR PREÇO DO ITEM. Local portal eletrônico:
 blcompras.com. Edital disponível pelo site: www.pitanga.pr.gov.br. Pitanga,
 14/08/2024. Maicol G. C. Rodrigues Barbosa – Prefeito Municipal.



Nova Tebas

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 010/2024
EXTRATO DO CONTRATO Nº 101/2024

CONTRATANTE: Município de Nova Tebas, Estado do Paraná, com sede à Avenida Bel Horizonte 695 – Centro, inscrito no CGC/MF nº 80.620.172/0001-05, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, CLODOALDO FERNADES DOS SANTOS, portador da Cédula de Identificação RG nº 98715665 e do CPF/MF nº 060.282.329.3, e

CONTRATADA: AMSTERDAM ENGENHARIA LTDA - CNPJ: 28.883.191/0001-04.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO E TRATAMENTO SUPERFICIAL TRIPLIO (TST) COM LARGURA DE 6,00 M X 3,750 M COMPRIMENTO PERFAZENDO UMA AREA DE 22.500 M², NA ESTRADA MUNICIPAL DISTRITO DE POEMA A MIL ALIQUERES NO MUNICIPIO DE NOVA TEBAS / PR.

VALOR: R\$ 2.113.400,00 (dois milhões, cento e treze mil e quatrocentos reais), À DESPESAS DECORRENTES DA CONTRATAÇÃO, OBJETO DESTA LICITAÇÃO, CORRERÃO POR CONTA DAS DOTAÇÕES ESPECÍFICAS, A SABER: 110012678226011114490510000 1000 OBRAS INSTALAÇÕES E 110012678226011114490510000 10722 OBRAS E INSTALAÇÕES.

PRazo DE EXECUÇÃO: O prazo de execução dos serviços decorrentes da presente contratação será de 06 (seis) meses, em conformidade as informações extraídas do cronograma de execução anexo a este processo, o qual será contato a partir do recebimento da ordem de fornecimento.

PRazo DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura e publicação do contrato, na forma do artigo 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 13 de agosto de 2024.

FORO: Comarca de Manoel Ribas Estado do Paraná.

Nova Tebas - PR, 13 de agosto de 2024.

CLODOALDO
FERNADES DOS
SANTOS:0602823
2939
CLODOALDO FERNADES DOS SANTOS


PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TEBAS – PR

Assinado de forma digital
por CLODOALDO
FERNADES DOS
SANTOS:06028232939
Data: 2024.08.14 15:08:08
+03'00'

Gabinete do Prefeito

Avenida Belo Horizonte 695 - Centro - CEP: 85.250-000- Estado do Paraná

Fone (42) 3643-1109 - CNPJ: 80.620.172/0001-05 email: clodoaldo.fernandesdosantos@gmail.com



Nova Tebas

Prefeitura Municipal de

EXTRATO DE CONTRATAÇÃO Nº 096/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2024
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 107/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TEBAS – PR
CNPJ - 80.620.172/0001-05

CONTRATADA: COOPERATIVA DE TRABALHO DE AGENTES AMBIENTAIS DE NOVA TEBAS/PR - COOPERAMBIENTAL
CNPJ - 19.258.866/0001-25

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de plantio e manutenção de mudas de árvores nativas para cumprimento de compensação ambiental do convênio nº 69/2024 – SECID.

DATA DO CONTRATO: 07 de agosto de 2024.

VALIDADE E EXECUÇÃO: Pelo período de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do contrato.

PAGAMENTO O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias a partir da execução do serviço e emissão da nota fiscal.

VALOR TOTAL: R\$ 12.620,00 (doze mil seiscentos e vinte reais).

SIGNATÁRIO: Comarca de Manoel Ribas–PR.

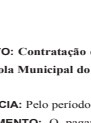
CLODOALDO FERNANDES DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TEBAS

Gabinete do Prefeito

Avenida Belo Horizonte 695 – Centro – CEP: 85.250-000 - Estado do Paraná

Fone (42) 3643-1109 - CNPJ: 80.620.172/0001-05 email: clodoaldofernandesdosantos@gmail.com



Nova Tebas
CUIDANDO DA NOSSA GENTE

Município de

Nova Tebas

PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO Nº 113/2024

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 631/2024

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento e instalação de lavatórios nos banheiros da Escola Municipal do Campo Alvinia Bassani Walter.

VIGÊNCIA: Pelo período de 60 (sessenta) dias.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a declaração formal (recebimento definitivo) da aceitação dos produtos e mediante a apresentação da futura/nota fiscal emitida pela contratada devidamente discriminada, com a informação dos dados bancários.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

0600112361120116023390300000 103 MATERIAL DE CONSUMO

CONTRATADO: CLAUDINEI V CARDOSO

CNPJ/ME: 54.149.669/0001-79

VALOR TOTAL: R\$ 2.807,70 (dois mil oitocentos e sete reais e setenta centavos).

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Total
01	LAVATORIO NA COR CINZA OCRE COM CUBA DE LOUÇA MEDINDO 1,10X57 CM.	UN	1	R\$ 1.252,30
02	LAVATORIO NA COR CINZA OCRE COM 01 CUBA DE LOUÇA MEDINDO 1,70X 57 CM.	UN	1	R\$ 1.555,40
TOTAL				R\$ 2.807,70

JUSTIFICATIVA: O presente procedimento de Dispensa de licitação tem fundamento no artigo nº 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, nos termos do Ofício da Secretaria responsáveis, bem como do parecer jurídico, que embasam este processo.

Nova Tebas-PR, 14 de agosto de 2024

CLODOALDO FERNANDES DOS SANTOS:06028232

939

CLODOALDO FERNANDES DOS SANTOS

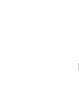
PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TEBAS

Assinado de forma digital por CLODOALDO FERNANDES DOS SANTOS:06028232939
Data: 2024.08.14 16:41:39 -05'00'

Gabinete do Prefeito

Avenida Belo Horizonte 695 - Centro - CEP: 85.250-000 - Estado do Paraná

Fone (42) 3643-1109 - CNPJ: 80.620.172/0001-05 e-mail: clodoaldofernandesdosantos@gmail.com



Nova Tebas

Município de

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/2024

PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO Nº 113/2024

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento e instalação de lavatórios nos banheiros da Escola Municipal do Campo Alviná Bassani Walter.

Com fundamento nas informações constantes no Ofício da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, datado de 08/07/2024, recebido pela Secretaria Municipal de Licitações e Contratos no dia 02/08/2024, ante as justificativas que se embasam no artigo nº 75 inciso II da Lei nº 14.133/2021, o Prefeito Municipal resolve HOMOLOGAR a dispensa de licitação para a prestação dos serviços supramencionados, perfazendo o valor de **RS 2.807,70 (dois mil, oitocentos e sete reais e setenta centavos)**, tendo como contratada a empresa **CLAUDINEI V. CARDOSO** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **54.149.669/0001-79**. Para a efetivação da presente dispensa de licitação levou-se em conta as devidas cotações e o melhor valor, visando o atendimento ao interesse público.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nova Tebas-PR, 14 de agosto de 2024.

CLODOALDO
FERNANDES DOS
SANTOS:0602823
2939


Assinado de forma digital
por CLODOALDO
FERNANDES DOS
SANTOS:06028232939
Data: 2024.08.14
16:02:05 -03'00'

CLODOALDO FERNANDES DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TEBAS

Gabinete do Prefeito

Avenida Belo Horizonte 695 - Centro - CEP: 85.250-000 - Estado do Paraná

Fone (42) 3643-1109 - CNPJ: 80.620.172/0001-05 e-mail: clodoaldofernandesdosantos@gmail.com



Nova Tebas

Município de Nova Tebas
CUIDANDO DA NOSSA GENTE

GABINETE DO PREFEITO

RATIFICAÇÃO

PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO Nº 113/2024

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/2024

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento e instalação de lavatórios nos banheiros da Escola Municipal do Campo Alvínia Bassani Walter.

Tendo em vista que a documentação referente à Dispensa de Licitação nº **031/2024** atende a todos os requisitos do artigo nº 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

Considerando o parecer jurídico, o qual foi favorável a homologação da presente Dispensa de Licitação;

Com efeito, RATIFICO todas as formalidades legais e autorizo a Dispensa de Licitação nº **031/2024**, para a contratação dos serviços supramencionado, tendo como contratada a empresa **CLAUDINEI V CARDOSO**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **54.149.669/0001-79**. Perfazendo o valor total de **R\$ 2.807,00 (dois mil oitocentos e sete reais e setenta centavos)**.

PUBLIQUE-SE

Nova Tebas-PR, 14 de agosto de 2024.

CLODOALDO
FERNANDES DOS
SANTOS:060282329
39

Assinado de forma digital por
CLODOALDO FERNANDES
DOS SANTOS:06028232939
Data: 2024.08.14 16:42:30
-03'00'

CLODOALDO FERNANDES DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TEBAS

Gabinete do Prefeito

Avenida Belo Horizonte 695 - Centro - CEP: 85.250-000 - Estado do Paraná

Fone (42) 3643-1109 - CNPJ: 80.620.172/0001-45 e-mail: clodoalfofernandesdosantos@gmail.com



Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003
MUNICÍPIO – NOVA TEBAS - PR

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL Nº 00001, de 14 de Agosto de 2024.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto de seu interesse.


O Titular do Órgão de Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o(s) sujeito(s) passivo(s) abaixo relacionado (s), a comparecer(em), em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do(s) Termo(s) de Intimação Fiscal (ITR) a seguir identificado(s).

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerará-se à feita a intimação no 15º (décimo quinto) dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	CPF/CNPJ	Termo de Intimação Fiscal (ITR)
ALCIDES BORGES REGO	117.XXX.XXX-15	9913/00025/2024

Titular do Órgão de Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR	
Nome: VERA LUCIA APARECIDA NARDELLI CASTRO Cargo: SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS / 292022	Matrícula: 0000333 Assinatura: 

Data de afixação: 14/08/2024
Data de desafixação: 29/08/2024



Prefeitura

Nova Tebas

Municipal de

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 100/2024
PRÉGIO NA FORMA ELETRÔNICO Nº 032/2024
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 093/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TEBAS – PR

CNPJ - 80.620.172/0001-05

CONTRATADA: VECON LOCADORA LTDA

CNPJ – 14.632.984/0001-38

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO EM SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS (SEM CONDUTOR) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TEBAS – PR.

DATA DO CONTRATO: 12 de agosto de 2024

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, tendo vigência a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

VALOR TOTAL: R\$ 178.500,00 (cento e setenta e oito mil e quinhentos reais).

FORO: Comarca de Manoel Ribas–PR.

CLODOALDO
FERNANDES DOS
SANTOS:0602823
2939

Assinado de forma digital por CLODOALDO FERNANDES DOS SANTOS:06028232939
Dados: 2024.08.14 13:23:17 -03'00'

CLODOALDO FERNANDES DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TEBAS – PR

Gabinete do Prefeito

Avenida Belo Horizonte 695 - Centro - CEP: 85.250-000 - Estado do Paraná

Fone 4343-1109 - CNPJ: 80.620.172/0001-05 e-mail: Clodoaldofernandesdosantos@gmail.com

1Doc: Proc. Administrativo 3.525/2024 | Anexo: CONTRATO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COMARCA DE GUARAPUAVA - ESTADO DO PARANÁ

1º FÓRUM DE REGISTRO DE IMÓVEIS -

PATRICIA DE BATTISTI ALMEIDA
Oficial de Registro de Imóveis
Rafael Ap. Tigre Custodio
Substituto legal

Rua Professor Iank, 1477, térreo, Bairro dos Estados,
Guarapuava/PR – Fone: 3304-3555

EDITAL

Saibam quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimentos tiverem, que, em data de 09/04/2024, foi apresentada para registro a USUCAPIAO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINARIA, com base no art 216-A da Lei 6.015/1973 e Provimento nº 149/2023 do CNJ, nesta Serventia. Ata Notarial de Usucapião Extrajudicial, lavrada em 21/07/2022 junto ao Serviço Distrital de Boqueirão - Comarca de Guarapuava, no Lº 405-N/13 147/153, na presença do Escrevente Fabiano Michele formulado pelo requerente: DEODATO KLOUSOUSKI e ROSELI DACIUK KLOUSOUSKI, autuado sob o protocolo nº 110.943. Advogada Dra. Karine Loureiro de Moura, OAB/PR 52953. Tendo como objeto IMÓVEL RURAL, com área de 3,2746 hectares, ou seja, trinta e dois mil setecentos e quarenta e seis metros quadrados, localizado no imóvel denominado São Sebastião, zona rural, Município de Guarapuava/PR, compreendido dentro de limite e confrontações conforme mapa e memorial descritivo georreferenciado certificado pelo Inera nº 2767979c-3b3f404e-b849-384653b5dea – elaborado pelo Responsável Técnico Luiz Anderson Pizzatto CREA/PR 87413/D. Conforme certidão emitida pelo INCRÁ o imóvel possui o código SNCR 723.019.082.473-8 e não se encontra transcrito ou matriculado em nenhum dos registros de imóveis da Comarca de Guarapuava.

Documentos apresentados ao exame dos interessados, de conformidade com o parágrafo primeiro do citado artigo 413 do Provimento nº 149/2023 do Conselho Nacional de Justiça. Os confrontantes do imóvel usucapiente são: 1) Imóvel Alto do Xarquinho – Matrícula nº 20733 do 1º Registro de Imóveis de Guarapuava sendo proprietário Rosemilton José Rocha; 2) Imóvel Alto do Xarquinho – Matrícula nº 20732 do 1º Registro de Imóveis de Guarapuava sendo proprietário José Chimeris; 3) Imóvel São Sebastião – Matrícula nº 2590 do 1º Registro de Imóveis de Guarapuava sendo proprietário os usucapientes Deodato Kloouski e Roseli Daciuk Kloouski; 4) Imóvel Alto do Xarquinho – Transcrição nº 532, fls. 90, Livro 4-A do 1º Registro de Imóveis de Guarapuava sendo proprietária tabular Leopoldina Gonçalves de Macedo e possessor Paulino de Lara Antunes; 5) Imóvel São Sebastião – Matrícula nº 2591 do 1º Registro de Imóveis de Guarapuava sendo proprietário os usucapientes Deodato Kloouski e Roseli Daciuk Kloouski; 6) Imóvel Alto do Xarquinho – Matrícula nº 20947 do 1º Registro de Imóveis de Guarapuava sendo proprietários registraes Fernando Geraldo Demário e Antônio Demário Filho; 7) Imóvel Alto do Xarquinho, Matrícula 17845 do 1º Registro de Imóveis de Guarapuava sendo proprietária registral a empresa MB Participações Ltda, CNPJ 08.570.708/0001-90, representante Mariano Teodoro Blaszkowski. Sendo a usucapição extrajudicial extraordinária nos termos do artigo 1.238 do Código Civil, posse de 31 (trinta e um) anos.

A impugnação deverá ocorrer perante este cartório no prazo de até quinze dias após a última publicação deste edital. **Sendo que a não apresentação de impugnação no prazo de 15 dias após a última publicação deste edital implicará anulação ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião.**

O 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava fica localizado na Rua Professor Iank, 1477, térreo, bairro dos Estados, Guarapuava/PR, com horário de funcionamento das 8:30 às 11:00hs e das 13:00 às 17:00 hs, das úteis de segunda a sexta.

Guarapuava, 29 de julho de 2024

Dra. Patricia De Battisti Almeida
Oficial de Registro de Imóveis



Estado da Bahia
 Prefeitura do Município de Caetité
 Setor Municipal de Compras e Licitações
 Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº.: 101/2026
DISPENSA EMERGENCIAL Nº.: 90031/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 073/2026

Contrato Administrativo Nº 101/2026, que fazem entre si o **Município de Caetité**, por intermédio da **Prefeitura Municipal de Caetité** e **LOCAZUL RENT A CAR LTDA.**

O **Município de Caetité**, por intermédio da **Prefeitura Municipal de Caetité**, com sede no Centro Administrativo de Caetité, localizado na **Avenida Marlene Montenegro Cerqueira de Oliveira, nº.: 1000, Bairro Prisco Viana, Caetité-BA, CEP.: 46.400-000**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº.: **13.811.476/0001-54**, neste ato representado pelo **Exmº. Sr. Prefeito Valtécio Neves Aguiar**, portador da matrícula funcional nº 230146, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o **LOCALIZA - LOCAZUL RENT A CAR LTDA**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **21.980.240/0003-31**, sediado na **Avenida Eixo Monumental, nº 45, Bairro Rancho Alegre, Caetité-BA, CEP: 46400000**, doravante designado **CONTRATADO**, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº. 073/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Dispensa Emergencial nº. 90031/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a Contratação emergencial de empresa especializada em serviço de locação de veículo, sem motorista, para atender as demandas das Secretarias Municipais de Caetité/BA, pelo período de 06 (seis) meses, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Objeto da contratação:

It	Especificação	Qt. de veículos	UF	Qt.	valor unit.	valor máximo unitário	valor total
01	Contratação emergencial de empresa especializada em serviço de locação de veículo, sem motorista, para atender as demandas das Secretarias Municipais de Caetité/BA, pelo	18	Mês	06	R\$ 4.190,00	R\$: 75.420,00	R\$ 452.520,00





Estado da Bahia
 Prefeitura do Município de Caetité
 Setor Municipal de Compras e Licitações
 Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

	período de 06 (seis) meses.						
--	-----------------------------	--	--	--	--	--	--

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1 A Proposta do contratado;
- 1.3.2 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÕES

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses contados com início na data de **14/05/2026**, na forma dos [Artigos 75, VIII da Lei nº 14.133, de 2021](#) ou até a conclusão do novo procedimento licitatório, prevalecendo o que ocorrer antes.

2.2 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (Art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4 CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5 CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (Art. 92, V)

5.1 O valor total da contratação é de **R\$ 452.520,00 (quatrocentos e cinquenta e dois mil quinhentos e vinte reais)**.

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.





Estado da Bahia
Prefeitura do Município de Caetité
Setor Municipal de Compras e Licitações
Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

6 CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO ([Art. 92, V e VI](#))

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7 CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE ([Art. 92, V](#))

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de 06 (seis) meses contado da data do orçamento estimado, em **22/04/2026**.

8 CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([Art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1 São obrigações do Contratante:

8.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

8.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.





Estado da Bahia
Prefeitura do Município de Caetité
Setor Municipal de Compras e Licitações
Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

- 8.10 A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.
- 8.12 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13 A Administração está de acordo com as regras e [condições gerais do contrato de aluguel de carros da Localiza](#).
- 8.14 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9 CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([Art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

- 9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei Federal nº.: 8.078, de 1990](#)).
- 9.4 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;





Estado da Bahia
Prefeitura do Município de Caetité
Setor Municipal de Compras e Licitações
Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

- 9.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.11 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.12 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.14 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que





Estado da Bahia
Prefeitura do Município de Caetité
Setor Municipal de Compras e Licitações
Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

- 9.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.18 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.19 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.20 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.21 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.22 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.





Estado da Bahia
 Prefeitura do Município de Caetité
 Setor Municipal de Compras e Licitações
 Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

10 CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([Art. 92, XII](#))

10.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação;

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).





Estado da Bahia
Prefeitura do Município de Caetité
Setor Municipal de Compras e Licitações
Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

- 11.3.1 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.3.2 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.3.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.3.4 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.5 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.6 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 11.7 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à





Estado da Bahia
Prefeitura do Município de Caetité
Setor Municipal de Compras e Licitações
Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

- 11.8 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).
- 11.10 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (Art. 92, XIX)

- 12.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 12.1.1 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 12.1.2 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.





Estado da Bahia
Prefeitura do Município de Caetité
Setor Municipal de Compras e Licitações
Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

- 12.1.3 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 12.2 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 12.2.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 12.2.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 12.3 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 12.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.3.3 Indenizações e multas.
- 12.4 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (Art. 131, "caput", da Lei Federal nº.: 14.133, de 1º de abril de 2021).
- 12.5 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 92, VIII)





Estado da Bahia
 Prefeitura do Município de Caetité
 Setor Municipal de Compras e Licitações
 Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Poder: 02 – Poder Executivo

Órgão: 01 – Prefeitura Municipal de Caetité

Secretaria: 02 – Gabinete do prefeito

Gestão/Unidade: 0200000 – Gabinete do Prefeito

Programa de Trabalho: 002 – Supervisão e coordenação superiores

Ação: 2.020 – Gestão das Ações Dep. Munic. Trânsito - Demutran

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serv. de Terceiros – P. Jurídica

Secretaria: 04 – Sec. Municipal de Administração Planejamento e Finanças

Gestão/Unidade: 0400000 – Sec. Municipal de Administração Planejamento e Finanças

Programa de Trabalho: 004 – Caetité legal

Ação: 2.004 – Gestão das Ações do Sec. Mun. de Administração Planej e Finanças

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serv. de Terceiros – P. Jurídica

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação de Caetité

Secretaria: 05 – Secretaria Municipal de Educação

Gestão/Unidade: 0500000 – Secretaria Municipal de Educação

Programa de Trabalho: 005 – Caetité, cidade educadora

Ação: 2.008 – Gestão do Ensino Básico

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serv. de Terceiros – P. Jurídica

Secretaria: 06 – Sec. Municipal de Cultura Esporte Lazer e Turismo

Gestão/Unidade: 0600000 – Sec. Municipal de Cultura Esporte Lazer e Turismo

Programa de Trabalho: 018 – Diversidade cultural: nossa gente, nossa história

Ação: 2.086 – Gestão de Ações da SECELT

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serv. de Terceiros – P. Jurídica

Órgão: 03 – Fundo Municipal de Saúde de Caetité

Secretaria: 07 – Secretaria Municipal de Saúde

Gestão/Unidade: 0700000 – Fundo municipal de Saúde

Programa de Trabalho: 010 – - Mais saúde

Ação: 2.015 – Gestão das Ações do Fundo Municipal de Saúde Elemento de Despesa:

3.3.90.39.00 – Outros Serv. de Terceiros – P. Jurídica

Órgão: 04 – Fundo Municipal de Assistência Social de Caetité

Secretaria: 08 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Caetité

Gestão/Unidade: 0800000 – Fundo municipal de Desenvolvimento Social

Programa de Trabalho: 013 – Caetité é mais social



Estado da Bahia
 Prefeitura do Município de Caetité
 Setor Municipal de Compras e Licitações
 Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Ação: 2.028– Bloco de Proteção Social Básica - PSB
 Ação: 2.030– Bloco de Proteção Social Especial – Média e Alta Complexidade
 Ação: 2.031– Gestão das Ações da Sec. Desenvolvimento Social
 Ação: 2.052– Gestão das Ações do Programa Bolsa Família – Cadastro Único
 Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serv. de Terceiros – P. Jurídica

Órgão: 01 – Prefeitura Municipal de Caetité
 Secretaria: 09 – Secretaria Municipal de Serviços Públicos
 Gestão/Unidade: 0900000 – Secretaria Municipal de Serviços Públicos Programa de Trabalho: 011 – Planejamento, desenvolvimento e mobilidade urbana
 Ação: 2.025– Gestão das Ações da Secretaria de Serviços Públicos Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serv. de Terceiros – P. Jurídica

Órgão: 01 – Prefeitura Municipal de Caetité
 Secretaria: 10 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
 Gestão/Unidade: 1000000 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Programa de Trabalho: 028 – Sertão forte
 Ação: 2.027– Gestão das Ações da Secretaria de Desen. Econômico Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serv. de Terceiros – P. Jurídica

Órgão: 01 – Prefeitura Municipal de Caetité
 Secretaria: 011– Secretaria Municipal Meio Ambiente e Limpeza Pública
 Gestão/Unidade: 1100000 – Secretaria Municipal Meio Ambiente e Limp. Pública Programa de Trabalho: 014 – Gestão e modernização do sistema municipal de meio ambiente
 Ação: 2.036– Gestão das Ações da Secretaria de Meio Ambiente
 Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serv. de Terceiros – P. Jurídica

Órgão: 01 – Prefeitura Municipal de Caetité
 Secretaria: 012– Secretaria Municipal de Recursos Hídricos
 Gestão/Unidade: 1200000 – Secretaria Municipal de Recursos Hídricos Programa de Trabalho: 016 –
 Ação: 2.037– Gestão das Ações da Secretaria de Recursos Hídricos
 Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serv. de Terceiros – P. Jurídica

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal [nº. 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais normas





Estado da Bahia
Prefeitura do Município de Caetité
Setor Municipal de Compras e Licitações
Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei Federal nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

- 15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Art's. 124 e seguintes da Lei Federal nº.: 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 15.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÕES

- 16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [Art. 94, da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

- 17.1 Fica eleito o Foro da comarca de Caetité/BA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme Art. 92, §1º, da Lei Federal nº.: 14.133/21.





Estado da Bahia
Prefeitura do Município de Caetité
Setor Municipal de Compras e Licitações
Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Caetité-Bahia, 14 de maio de 2026.

VALTÉCIO NEVES AGUIAR

Matrícula Funcional nº.: 225572

Representante

Município de Caetité-BA.

CNPJ nº.: 13.811.476/0001-54

Contratante

MARISVALDO SOARES DOS SANTOS

**Sec. Mun. de Administração,
Planejamento e Finanças**

CNPJ nº.: 13.811.476/0001-54

Contratante

Documento assinado digitalmente
gov.br SUMAYA CARDOSO BOA SORTE
Data: 02/06/2026 17:46:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**LOCAZUL RENT A CAR LTDA
CONTRATADO
CNPJ Nº.: 21.980.240/0003-31**

Testemunhas:





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

CONTRATO Nº 013/2026-SEMAP
ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 001/2026 – SMT

INSTRUMENTO DE CONTRATO NOS TERMOS DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 001/2026 – SMT, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTARÉM, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA – SEMAP E LOCADORA DE VEÍCULOS NOVA LTDA, COMO ABAIXO MELHOR SE DECLARA:

Pelo presente instrumento, as partes contratantes, de um lado o **MUNICÍPIO DE SANTARÉM CNPJ Nº 05.182.233/0001-76**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA- SEMAP, CNPJ Nº 05.182.233/0008-42**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Av. Marechal Rondon, 873, Prainha, neste ato, representada por seu titular o **Sr. BRUNO DA SILVA COSTA**, brasileiro, casado, titular do RG nº 4819845 PC/PA e CPF nº 346.356.428-95, residente e domiciliado na cidade de Santarém, denominada simplesmente **CONTRATANTE**, de outro lado **LOCADORA DE VEÍCULOS NOVA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.302.675/0001-98, com endereço Avenida Rui Barbosa, 2089, Sala A, Aldeia, Município de Santarém-PA, CEP 68040-030, neste ato representada por **GRACE MARIA UCHOA LIMA**, brasileira, portador do RG nº 2226260 e CPF nº: 387.618.822-91, residente e domiciliado em Santarém/PA, doravante denominado **CONTRATADO**, na conformidade das Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Instrumento tem por objeto a **ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2026 – SMT, PE Nº 003/2025 - SMT, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, do referido Edital.

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3 Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	MODELO MARCA	QUANT. DE VEÍCULOS	UNID	QUANT. DE MESES	PREÇO UNITÁRIO POR VEÍCULO	V. MENSAL	V. TOTAL
01	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO PASSEIO SEDAN, COM GRAFISMO, SEM COMBUSTÍVEL. Especificações mínimas: fabricação nacional ou Mercosul, ano e modelo não inferior à 2020; pintura sólida ou metálica na COR BRANCA, capacidade para transportar 05 (cinco) pessoas, 04 (quatro) portas laterais. Motor 1.0 ou superior. Combustível: Flex. Motorização com potência mínima de 66 cv; câmbio manual, mínimo de 05 (cinco) marchas à frente e 01 (uma) a ré; ar condicionado; direção assistida (hidráulica ou elétrica); película de proteção solar obedecida as normas legais. Trio elétrico (trava, vidro, alarme).	N/C	01	MÊS	12	R\$ 3.490,00	R\$ 3.490,00	R\$ 41.880,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

	Quilometragem Livre. Licenciamento /emplacamento no DETRAN/PA. Grafismo: Adesivado em vinil comum e vinil refletivo, com layout definido pelo contratante							
03	<p>LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE PICK-UP 4x4 CABINE DUPLA, COM GRAFISMO, SEM COMBUSTÍVEL. Especificações mínimas: fabricação nacional ou Mercosul, ano e modelo não inferior à 2020; pintura sólida ou metálica na COR BRANCA ou PRETA; capacidade para transportar 05 (cinco) pessoas, 04 (quatro) portas laterais e uma tampa traseira com abertura vertical para baixo com sistema de alívio de peso e chave; Cilindrada mínima do motor 2.000 (cm³); motor turbo; combustível diesel, potência mínima de 200 cv e torque de 42,0 kgfm; Tração 4x4 selecionável com reduzida; Transmissão manual de 6 velocidades sendo no mínimo 05 (cinco) a frente 01 (uma) a ré; Ar condicionado; Banco do motorista com ajuste de altura; Vidros com acionamento elétrico nas 04 (quatro) portas; Brake-light com iluminação da caçamba; Chaves tipo canivete com comando remoto; Desembaçador do vidro traseiro; Direção hidráulica; Engate removível para reboque; Lanterna de neblina traseira; Limpador do para-brisa com temporizador variável; Para-barros; Pneus de uso misto dimensões mínimas 245/70 R16; com estribo lateral; O veículo deve ser fornecido com quebra-mato instalado na dianteira do veículo, protegendo o para-choque, grade dianteira e faróis; capas removíveis adicionais de revestimento dos bancos em couro sintético lavável (napa ou similar) na cor preta; protetor de caçamba; tanque de combustível mínimo 70 litros; Caçamba original com capacidade de carga útil de no mínimo 1.000 kg; volume mínimo da caçamba 1.000 litros; altura livre de solo mínima de 215 mm; Retrovisores externos elétricos com comando interno; Rodas com pneus de uso misto com aro de no mínimo 16"; Tomada de 12V no console central; Travamento central com controle remoto e função "safe"; Vidros com acionamento elétrico; Volante com ajuste de altura e profundidade; Computador de bordo; Controle automático de velocidade (piloto automático/cruise control); Distância entre eixos mínima de 3.000 mm; jogo de tapetes de borracha; Sistema multimídia com rádio AM e FM, conectividade para dispositivos móveis Android e IOS, Bluetooth, entradas USB; Sistemas de Segurança mínimos existentes no veículo: ABS off-road; Airbag para motorista e passageiro; Alarme para cintos do motorista e do passageiro dianteiro não afivelados; ASR (Sistema de Controle de Tração); BAS (Sistema de Assistência à Frenagem); EBD (Distribuição Eletrônica da Força de Frenagem); EDS (Bloqueio Eletrônico de Diferencial); ESC (Controle Eletrônico de Estabilidade); Faróis de neblina; HDC (Controle Automático de Descida); HSA (Assistente para Partida em Subida);</p>	N/C	06	MÊS	12	R\$10.832,50	R\$: 64.995,00	R\$ 779.940,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

Protetor do cârter e da caixa de transmissão; RBS (Sistema de Frenagem sob Chuva); Sistema de alarme com comando remoto; Sistema de frenagem automática pós-colisão; 3 apoios de cabeça e 3 cintos de segurança retráteis no banco traseiro; 4 alças de segurança no teto; e demais conformidades com o PROCONVE - Programa de Controle de Poluição de Ar por Veículos Automotores; Atender aos preceitos regulamentares dos órgãos oficiais de trânsito, nos aspectos relacionados a iluminação, sinalização e segurança (Código Brasileiro de Trânsito, seu regulamento e Resoluções); Quilometragem Livre. Licenciamento/emplacamento no DETRAN/PA. Grafismo: Adesivado em vinil comum e vinil refletivo, com layout definido pela contratante.							
TOTAL GERAL:							RS 821.820,00

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4.1. O Termo de Referência;

1.4.2. A Documentação de Habilitação e Proposta de Preços do contratado;

1.4.3. Autorização de Contratação;

1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLAUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E ENTREGA

2.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, 13/06/2026 a 13/06/2027, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, nos termos da Lei 14.133/2021.

2.2. O prazo de entrega dos serviços será imediato, contados do recebimento da Requisição expedida pelo Setor Responsável da SEMAP. E em caso de descumprimento deste prazo o licitante/contratante estará passível de sanções administrativas;

2.3. A entrega dos bens e materiais objeto da licitação será integral e rigorosamente de acordo com as especificações da respectiva proposta e do Termo de Referência, de acordo com a requisição expedida pelo Setor Responsável da SEMAP, que indicará as especificações e demais informações necessárias;

2.4. Os veículos deverão ser entregues limpos e higienizados, com todos os equipamentos de segurança e dirigibilidade, documentação de porte obrigatório exigidos pelo DENATRAN;

2.5. O local da entrega dos bens/matérias será na Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, sito a Av. Mal. Rondon, 873, Prainha, Santarém - PA, 68040-070 ou nas dependências de suas demais Unidades Administrativas.

2.5.1. A cidade de Santarém, situa-se a 2° 24" 52" de latitude sul e 54° 42" 36" de longitude oeste, na região do oeste paraense, na mesma região do Baixo Amazonas, na micro região de Santarém e localiza-se na margem direita do rio Tapajós, na sua confluência com o rio Amazonas.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

3.1. A gestão da execução do Contrato será realizada por **Francimar Sales Passos** e a fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato serão realizados por **Juvenal Silva Araújo** e **Paulo Sérgio da Silva Alves**, Fiscal Titular e Substituto respectivamente do contrato, nomeado por meio da **Portaria**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

nº 024/2026-SEMAP, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

3.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

3.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

3.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

3.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

3.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

3.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

3.7.5. O fiscal técnico do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

3.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

3.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

3.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

3.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

3.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

3.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

3.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

3.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

3.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total do contrato será de **R\$ 821.820,00 (Oitocentos e vinte um mil, oitocentos e vinte reais)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais.

CLÁUSULA SEXTA – RECEBIMENTO DOS BENS E PAGAMENTO

6.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 10 (dez) dias úteis.

6.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

6.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação.

6.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a) o prazo de validade; b) a data da emissão; c) os dados do contrato e do órgão contratante; d) o período respectivo de execução do contrato; e) o valor a pagar; e f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.13. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.14. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de Pagamento

6.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação

da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de Pagamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

6.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. Dados bancários: Ag. 0003, Banco do Estado do Pará, Conta Corrente 409836-6.

6.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

6.23. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

6.23.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

6.24. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

6.25. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

6.26. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

6.27. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

7.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada e aprovação da contratante, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

7.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

9.6. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.8. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.12. Possuir certificação digital do CNPJ da empresa, para assinatura dos contratos e aditivos que vierem a surgir da contratação.

9.13. Realizar toda a manutenção preventiva e corretiva de forma periódica nos veículos locados, de forma que não interrompa os serviços de locação a contratante, em caso de haver necessidade de interrupção da locação nos horários de expediente da contratante, o contratado deverá disponibilizar outro veículo em substituição observando sempre as características e condições contratuais, sem qualquer ônus adicional a contratante;

9.14. O contratado está obrigado, em caso de pane em via pública e/ou outro lugar em proceder o serviço de reboque para remoção do veículo, disponibilizando desde já outro veículo em perfeito estado de funcionamento observando sempre as características e condições contratuais, sem qualquer ônus adicional a contratante;

9.15. Responder por todos os ônus referentes à segurança e seguro dos veículos, para a prestação do serviço ora contratado, que venham a incidir sobre o presente contrato;

9.16. Garantir a regularidade dos veículos junto ao DENATRAN e demais órgãos responsáveis pelo trânsito, assumidos a responsabilidade por eventuais ações e/ou qualquer reclamação, de modo à indenização, quando não for culpa ou negligência do condutor.

9.17. Os veículos deverão ser de propriedade do contratado e deverão ser entregues limpos e higienizados, com todos os equipamentos de segurança e dirigibilidade, documentação de porte obrigatório exigidos pelo DENATRAN, sob pena de rejeição de uso;

9.18. Proceder à lavagem semanal dos veículos sem qualquer ônus à contratante, devendo realizar em comum acordo com o agendamento para sua execução;

9.19. Em caso de acidente de trânsito com algum veículo locado, proceder o acionamento do seguro (independentemente de culpa do condutor designado pela contratante) após a comunicação por parte da contratante, auxiliando no que for necessário, em caso de indisponibilidade do veículo, proceder a sua substituição observando sempre as características e condições contratuais, sem qualquer ônus adicional a contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa:

1. moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) dias;
2. moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
3. compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação orçamentária : 20.122.0003.2051 (Manutenção das Atividades da SEMAP)

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00 (Outros Serviço de Terceiro – Pessoa Jurídica)

Ficha: 356

Valor: R\$ 301.860,00

Dotação orçamentária : 20.605.0010.1028 (Implantação e Manutenção de Infraestrutura Rural)

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00 (Outros Serviço de Terceiro – Pessoa Jurídica)

Ficha: 448

Valor: R\$ 259.980,00

Dotação orçamentária : 15.122.0010.2251 (Manutenção de Praças, Canteiros e Arborização)

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00 (Outros Serviço de Terceiro – Pessoa Jurídica)

Ficha: 324



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA

Valor: R\$ 129.990,00

Dotação orçamentária : 20.122.0003.2052 (Manutenção das Atividades da CIPROP)

Elemento de despesa: 3.3.90.39.00 (Outros Serviço de Terceiro – Pessoa Jurídica)

Ficha: 380

Valor: R\$ 129.990,00

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no sítio oficial da Prefeitura de Santarém: www.santarem.pa.gov.br.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça do Estado do Pará, Comarca de Santarém para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Santarém/PA, 29 de maio de 2026.

BRUNO DA SILVA
COSTA:34635642
895

Assinado de forma digital por
BRUNO DA SILVA
COSTA:34635642895
Dados: 2026.05.29 11:13:35
-03'00'

BRUNO DA SILVA COSTA
Secretário Municipal de Agricultura e Pesca
Dec. Nº 008/2025 – GAP/PMS
CONTRATANTE

LOCADORA DE VEICULOS
NOVA
LTDA:17302675000198

Assinado de forma digital por
LOCADORA DE VEICULOS NOVA
LTDA:17302675000198
Dados: 2026.05.29 12:32:02 -03'00'

LOCADORA DE VEÍCULOS NOVA LTDA
CNPJ nº 17.302.675/0001-98
Representante: Grace Maria Uchoa Lima
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Documento assinado digitalmente
FILIPPE DE ALMEIDA SARMENTO
Data: 01/06/2026 11:45:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

NOME: _____ **CPF:** _____

NOME: _____ **CPF:** _____

Ú
L
U
M
M
D
D
Ic
O
IF
P
P

Item nº 3

Descrição: Locação de veículo leve hatch, capacidade para 05 (cinco) ocupantes, incluindo o condutor, cor branca ou prata, 04 (quatro) portas, ar condicionado e direção hidráulica originais de fábrica, motor flex (gasolina/álcool), no máximo 40.000 km, com quilometragem livre e seguro incluso, as despesas com manutenção preventiva e corretiva de peças e pneus, seguro e regularidade fiscal dos veículos, ficarão por conta do contratado

Critério de julgamento: Menor preço **Situação:** Homologado **Tipo:** Material

Categoria do item de leilão: Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não **Benefício:** Sem benefício **Margem de preferência normal:** Não

Margem de preferência adicional: Não **Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC):** Não

Quantidade: 12 **Unidade de medida:** Mês **Valor unitário estimado:** R\$ 3.203,33

Valor total estimado: R\$ 38.439,96

RESULTADO(S)

Ordem de classificação 1º **Data do resultado da homologação:** 08/06/2026

Situação: Informado

CNPJ/CPF ou N° de identificação do fornecedor: 45.821.025/0001-94

[Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 1214.539,56

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 225.936,00

Itens

Arquivos

Atas de Registro de Preço

Contratos/Empenhos

Histórico

Número ↕

Descrição ↕

Quantidade ↕

Valor unita

1	Locação de 01 (um) veículo tipo pick up pequena, 2 portas, no mínimo motor 1.4, cor: branca ou prata, ano/fabricação modelo não inferior a 2023, tração dianteira, ar condicionado, direção hidráulica, trava elétrica, no máximo 40.000 km combustível flex (etanol e gasolina, com capacidade mínima de 45 litros), capacidade mínima de volume	12	R\$ 3.025,3
---	---	----	-------------

Item nº 3

Descrição: Locação de veículo leve hatch, capacidade para 05 (cinco) ocupantes, incluindo o condutor, cor branca ou prata, 04 (quatro) portas, ar condicionado e direção hidráulica originais de fábrica, motor flex (gasolina/álcool), no máximo 40.000 km, com quilometragem livre e seguro incluso, as despesas com manutenção preventiva e corretiva de peças e pneus, seguro e regularidade fiscal dos veículos, ficarão por conta do contratado

Critério de julgamento: Menor preço **Situação:** Homologado **Tipo:** Material

Categoria do item de leilão: Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não **Benefício:** Sem benefício **Margem de preferência normal:** Não

Margem de preferência adicional: Não **Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC):** Não

Quantidade: 12 **Unidade de medida:** Mês **Valor unitário estimado:** R\$ 3.203,33

Valor total estimado: R\$ 38.439,96

RESULTADO(S)

Ordem de classificação 1º **Data do resultado da homologação:** 08/06/2026

Situação: Informado

CNPJ/CPF ou Nº de identificação do fornecedor: 45.821.025/0001-94

[Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

5	Locação (2) de veículo utilitário de passageiros, tipo minivan, motorização mínima 130 cv, com capacidade mínima para 7 (sete) lugares, ano fabricação não inferior a 2024, quilometragem inferior a 40.000 km, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex. (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e airbag duplo, controle de tração e estabilidade, capacidade mínima do porta malas de 160 litros, inclusas manutenções preventivas e corretivas, pneus, cobertura de seguro total.	12	R\$ 5.028,3
---	---	----	-------------



Item nº 3

Descrição: Locação de veículo leve hatch, capacidade para 05 (cinco) ocupantes, incluindo o condutor, cor branca ou prata, 04 (quatro) portas, ar condicionado e direção hidráulica originais de fábrica, motor flex (gasolina/álcool), no máximo 40.000 km, com quilometragem livre e seguro incluso, as despesas com manutenção preventiva e corretiva de peças e pneus, seguro e regularidade fiscal dos veículos, ficarão por conta do contratado

Critério de julgamento: Menor preço **Situação:** Homologado **Tipo:** Material

Categoria do item de leilão: Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não **Benefício:** Sem benefício **Margem de preferência normal:** Não

Margem de preferência adicional: Não **Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC):** Não

Quantidade: 12 **Unidade de medida:** Mês **Valor unitário estimado:** R\$ 3.203,33

Valor total estimado: R\$ 38.439,96

RESULTADO(S)

Ordem de classificação 1º **Data do resultado da homologação:** 08/06/2026

Situação: Informado

CNPJ/CPF ou N° de identificação do fornecedor: 45.821.025/0001-94

[Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

\dot{U}

L

U

M

F

D

D

D

lc

○

IF

P

PÚBLICOS E TRÂNSITO.

Retornar

R\$ 225.936,00

Histórico

Valor unit:

1	Locação de 01 (um) veículo tipo pick up pequena, 2 portas, no mínimo motor 1.4, cor: branca ou prata, ano/fabricação modelo não inferior a 2023, tração dianteira, ar condicionado, direção hidráulica, trava elétrica, no máximo 40.000 km combustível flex (etanol e gasolina, com capacidade mínima de 45 litros), capacidade mínima de volume	12	R\$ 3.025,3
---	---	----	-------------

Item nº 2

Descrição: Locação de veículo, tipo sedan, com as seguintes características mínimas: ano e modelo 2025/ 2025 ou até 40.000 km, com 04 portas, motor 1.3, ar condicionado, direção hidráulica, vidros e travas elétricas, combustível flex (etanol e gasolina, com capacidade mínima para 05 passageiros, com quilometragem livre e seguro incluso. As despesas com manutenção preventiva e corretiva de peças e pneus, seguro e regularidade fiscal dos veículos, ficarão por conta do contratado.

Critério de julgamento: Menor preço **Situação:** Fracassado **Tipo:** Material

Categoria do item de leilão: Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não **Benefício:** Sem benefício **Margem de preferência normal:** Não

Margem de preferência adicional: Não **Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC):** Não

Quantidade: 12 **Unidade de medida:** Mês **Valor unitário estimado:** R\$ 4.351,76

Valor total estimado: R\$ 52.221,12

RESULTADO(S)

Este item não possui resultado (fornecedor selecionado)

malas de 160 litros, inclusas manutenções preventivas e corretivas, pneus, cobertura de seguro total

5	Locação (2) de veículo utilitário de passageiros, tipo minivan, motorização mínima 130 cv, com capacidade mínima para 7 (sete) lugares, ano fabricação não inferior a 2024, quilometragem inferior a 40.000 km, ar condicionado, trio elétrico, direção hidráulica ou elétrica, combustível flex. (gasolina/álcool), vidros e travas elétricas, freio ABS e airbag duplo, controle de tração e estabilidade, capacidade mínima do porta malas de 160 litros, inclusas manutenções preventivas e corretivas, pneus, cobertura de seguro total.	12	R\$ 5.028,3
---	---	----	-------------



Item nº 2

Descrição: Locação de veículo, tipo sedan, com as seguintes características mínimas: ano e modelo 2025/ 2025 ou até 40.000 km, com 04 portas, motor 1.3, ar condicionado, direção hidráulica, vidros e travas elétricas, combustível flex (etanol e gasolina, com capacidade mínima para 05 passageiros, com quilometragem livre e seguro incluso. As despesas com manutenção preventiva e corretiva de peças e pneus, seguro e regularidade fiscal dos veículos, ficarão por conta do contratado.

Critério de julgamento: Menor preço **Situação:** Fracassado **Tipo:** Material

Categoria do item de leilão: Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não **Benefício:** Sem benefício **Margem de preferência normal:** Não

Margem de preferência adicional: Não **Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC):** Não

Quantidade: 12 **Unidade de medida:** Mês **Valor unitário estimado:** R\$ 4.351,76

Valor total estimado: R\$ 52.221,12

RESULTADO(S)

Este item não possui resultado (fornecedor selecionado)



Valdecir dos Santos <infraestruturant@gmail.com>

Solicitação de orçamento

2 mensagens

Valdecir dos Santos <infraestruturant@gmail.com>
Para: gerencia@transvepar.com.br

12 de maio de 2026 às 16:09

Segue em anexo solicitação de orçamento visando a abertura de processo licitatório, caso seja de interesse dessa empresa o fornecimento do mesmo, peço que este seja preenchido, assinado e preferencialmente encaminhado como resposta a este e-mail em até 07 dias a contar da data de hoje



ORÇAMENTO ALUGUEL VEICULOS.docx
15K

Rx Locadora <rxlocadora@rxlocadora.com.br>
Para: Valdecir dos Santos <infraestruturant@gmail.com>

13 de maio de 2026 às 10:29

Bom dia

Segue

Atenciosamente.

**Ezequiel Chimilovski**41 **3254 1112**

Curitiba PR

www.transvepar.com.br

[Texto das mensagens anteriores oculto]



ORÇAMENTO ALUGUEL VEICULOS.pdf
147K



Valdecir dos Santos <infraestruturant@gmail.com>

Solicitação de orçamento

1 mensagem

Valdecir dos Santos <infraestruturant@gmail.com>
Para: licitacao.ve@localiza.com

12 de maio de 2026 às 16:10

Segue em anexo solicitação de orçamento visando a abertura de processo licitatório, caso seja de interesse dessa empresa o fornecimento do mesmo, peço que este seja preenchido, assinado e preferencialmente encaminhado como resposta a este e-mail em até 07 dias a contar da data de hoje

**ORÇAMENTO ALUGUEL VEICULOS.docx**

15K



Valdecir dos Santos <infraestruturant@gmail.com>

Solicitação de orçamento

1 mensagem

Valdecir dos Santos <infraestruturant@gmail.com>

12 de maio de 2026 às 16:12

Para: atendimento@automobility.com.br

Segue em anexo solicitação de orçamento visando a abertura de processo licitatório, caso seja de interesse dessa empresa o fornecimento do mesmo, peço que este seja preenchido, assinado e preferencialmente encaminhado como resposta a este e-mail em até 07 dias a contar da data de hoje

**ORÇAMENTO ALUGUEL VEICULOS.docx**

15K



Valdecir dos Santos <infraestruturant@gmail.com>

Solicitação de orçamento

1 mensagem

Valdecir dos Santos <infraestruturant@gmail.com>

12 de maio de 2026 às 16:14

Para: contato@locadoracontinental.com.br

Segue em anexo solicitação de orçamento visando a abertura de processo licitatório, caso seja de interesse dessa empresa o fornecimento do mesmo, peço que este seja preenchido, assinado e preferencialmente encaminhado como resposta a este e-mail em até 07 dias a contar da data de hoje

**ORÇAMENTO ALUGUEL VEICULOS.docx**

15K

RAZÃO SOCIAL: RX LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA

CNPJ: 14.164.110/0001-01

ENDEREÇO: Rua Ricardo Guthier,204 CEP 80.630-320, Curitiba -PR

FONE: 41-3254-1112

À PREFEITURA DE NOVA TEBAS

ORÇAMENTO

ITEM	DESCRIÇÃO	UN/MED	QUANT.	UNITÁRIO	TOTAL
01	Contratação de empresa especializa na locação de veículos: locação mensal – valor mensal por veiculo: 05 veículos de passeio hatch, com no máximo 10.000 mil km rodados, potência mínima 68 CV, combustível gasolina, cor branca, com ar condicionado e direção hidráulica ou superior, 04 portas, capacidade min de 05 lugares, sem limite de km, com os benefícios: seguro veicular com cobertura total e assistência 24h, revisões (troca de óleo, filtros e assistência mecânica geral), documentação obrigatória, troca de pneus por desgaste natural, flexibilidade de entregar o veículo em período de férias ou paralisação, locação de no máximo 05 veículos por mês, totalizando no máximo 60 alugueis no período de 12 meses.	ALUGUEL	60	R\$ 3.600,00	R\$ 216.000,00
02	Contratação de empresa especializa na locação de veículos: locação mensal – valor mensal por veiculo: 02 veículos de passeio sedan, com no máximo 10.000 mil km rodados, potência mínima 68 CV, combustível gasolina,	ALUGUEL	24	R\$ 4.200,00	R\$ 100.800,00

	cor branca, com ar condicionado e direção hidráulica ou superior, 04 portas, capacidade min de 05 lugares, sem limite de km, com os benefícios: seguro veicular com cobertura total e assistência 24h, revisões (troca de óleo, filtros e assistência mecânica geral), documentação obrigatória, troca de pneus por desgaste natural, flexibilidade de entregar o veículo em período de férias ou paralisação, locação de no máximo 02 veículos por mês, totalizando no máximo 24 alugueis no período de 12 meses.				
VALOR TOTAL					R\$ 316.800,00

Curitiba 13 / 05 / 2026

Local e data

CARLOS
CESAR
RIGOLINO
JUNIOR:0876
8846991

Assinado de
forma digital por
CARLOS CESAR
RIGOLINO
JUNIOR:0876884
6991

Orçamento valido por 45 dias

Assinatura/carimbo empresa



RESOLUÇÃO SESA Nº 329/2015
(Publicada no Diário Oficial nº 9528, de 02/09/15)

**Obrigatoriedade do uso da cláusula
antifraude e anticorrupção.**

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE**, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 45, inciso XIV da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, e o Art. 8º, inciso IX do Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, aprovado pelo Decreto nº 9.921/2014, e,

- considerando a Resolução SESA nº 276/2012 que institui o Incentivo Financeiro de Custeio do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde – APSUS, na modalidade “Fundo a Fundo”, utilizando os critérios estabelecidos pelo Fator de Redução das Desigualdades Regionais;
- considerando os convênios celebrados, a partir de 2012, com municípios para Construção, Reforma e Ampliação de Unidades de Saúde da Família, ainda em execução.
- considerando a Resolução SESA nº 453/2013 que Institui o Incentivo Financeiro de Investimento para construção e ampliação de Unidades de Saúde da Família, do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde – APSUS para o biênio 2013/2014, na modalidade “Fundo a Fundo”;
- considerando a Resolução SESA nº 721/2013 que Institui o Incentivo Financeiro de Custeio para reforma de Unidades de Saúde da Família, do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde – APSUS para o biênio 2013/2014, na modalidade “Fundo a Fundo”;
- considerando a Resolução SESA nº 426/2014 estabelece os valores de repasse do Incentivo Financeiro de Investimento para construção e ampliação de Unidades de Saúde da Família do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde – APSUS, na modalidade “Fundo a Fundo”, para o ano de 2014;
- considerando a Resolução SESA nº 434/2014, que institui o Incentivo Financeiro de Investimento para a implantação do transporte sanitário nos municípios do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde – APSUS na modalidade “Fundo a Fundo”, para o biênio 2014/2015;
- considerando a Lei Federal nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;
- considerando o Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná que compõe o Acordo de Empréstimo firmado entre o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento-Banco Mundial e o Estado do Paraná;



- considerando a exigência do Banco Mundial, que na execução dos recursos que integram projetos financiados pelo Banco, os Mutuários (incluindo beneficiários do empréstimo do Banco), Concorrentes, Fornecedores, Empreiteiras e seus agentes (se declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviços e qualquer pessoal de sua equipe observem o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação e consecução desses contratos,

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer a obrigatoriedade da inclusão da cláusula antifraude e anticorrupção em todos os editais de processos licitatórios e nos contratos para aquisição de bens e serviços relativos aos recursos repassados pela SESA/PR, nos seguintes casos:

- I.** Na execução dos recursos de que tratam as Resoluções SESA nº 276/2012, 453/2013, 721/2013, 426/2014, 434/2014 e 312/2015.
- II.** Na execução dos recursos referentes a Convênios celebrados com municípios, a partir de 2012, para Construção, Reforma e Ampliação de Unidades de Saúde da Família, ainda em execução.

§ Único – Nos casos em que já tenha ocorrido a licitação para a aquisição de bens e serviços com recursos provenientes da adesão dos municípios aos Incentivos de que tratam as Resoluções acima e/ou convênios celebrados, deverá ser providenciado o termo aditivo no referido contrato para fins de inclusão da cláusula antifraude e anticorrupção, nos contratos ainda em vigência.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 1º de setembro de 2015.

Michele Caputo Neto
Secretário de Estado da Saúde

*** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial**

Anexo I - Resolução SESA nº 329/2015
CLÁUSULA A SER INCLUÍDA EM TODOS OS EDITAIS e CONTRATOS

CLÁUSULA _____ - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO (MODELO EDITAL LICITAÇÃO e CONTRATO)

I - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.